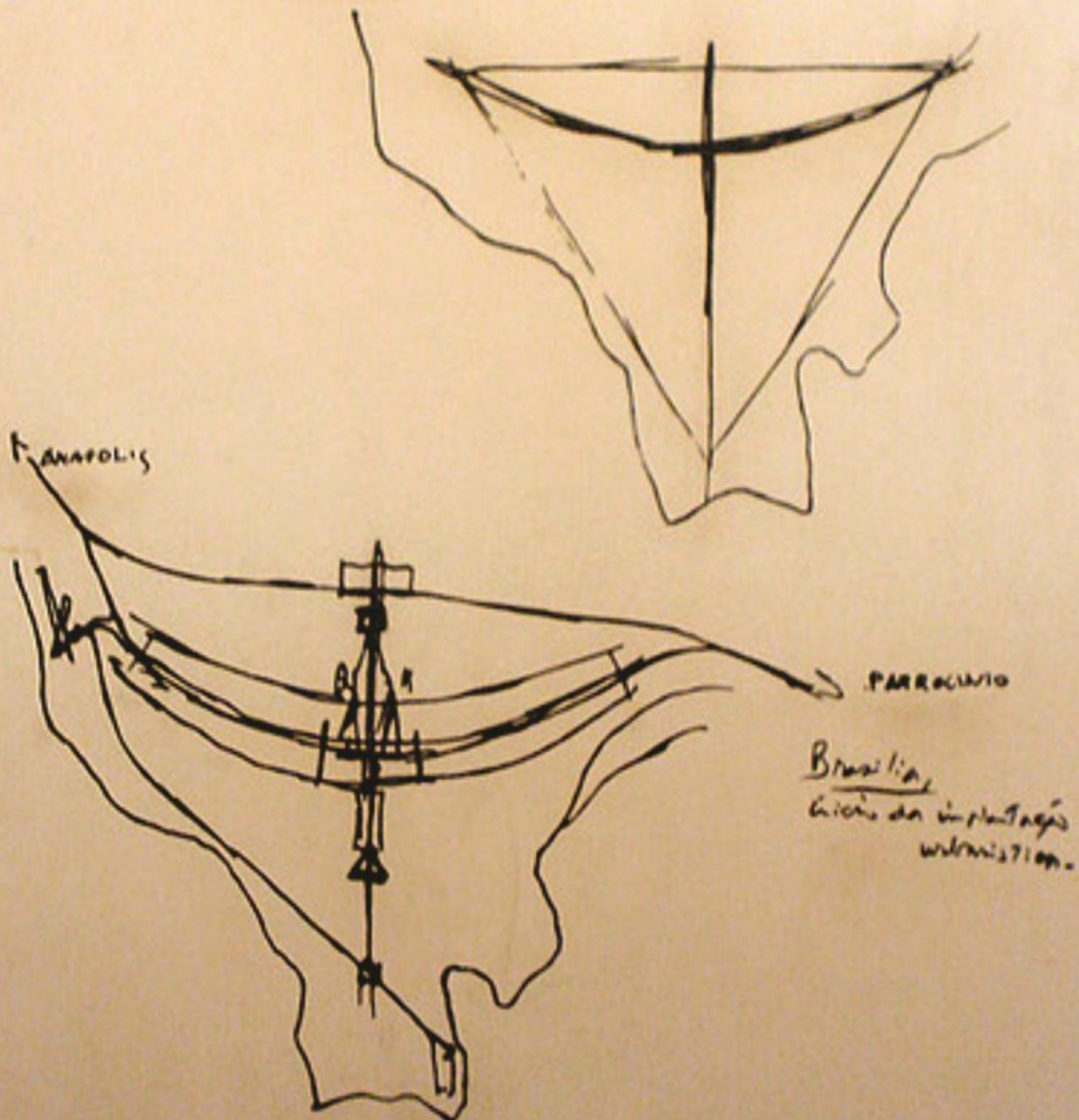


Projeto Político Pedagógico Institucional da Universidade de Brasília





Universidade de Brasília

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE DE
BRASÍLIA**

Brasília, junho de 2014

Elaboração

Professores Cynthia Bisinoto, Iran Junqueira, Marcelo Rezende, Maria Cristina de Carvalho Cascelli de Azevedo, Maria de Fátima Ramos Brandão, Mauro Luiz Rabelo, Nara Pimentel, Nilce Santos de Melo e Ricardo Gauche

Versão elaborada após aprovação pelo CEPE

Colaboração

Revisão

Projeto gráfico e diagramação

Impressão

Ficha Catalográfica

P964

Projeto Político Pedagógico Institucional da Universidade de Brasília
/Elaborado por Cynthia Bisinoto, *et al.* - Brasília : Universidade de
Brasília, 2014.

216 : il. ; 25 cm.

1. Universidade – Projeto Pedagógico. 2. Universidade – Faculdade / DF.
I. Bisinoto, Cynthia, org. II. Junqueira, Iran, org. III. Rezende, Marcelo,,
org. I. Título.



Reitor

Ivan Marques de Toledo Camargo

Vice-reitora

Sônia Nair Bao

Decano de Ensino de Graduação

Mauro Luiz Rabelo

Decana de Extensão

Thérese Hofmann Gatti R. da Costa

Decana de Pesquisa e Pós-Graduação

Jaime Martins de Santana

Decano de Administração

Luís Afonso Bermudez

Decana de Assuntos Comunitários

Denise Bomtempo Birche de Carvalho

Decana de Gestão de Pessoas

Gardênia da Silva Abbad

Decano de Planejamento e Orçamento

César Augusto Tibúrcio Silva

LISTA DE SIGLAS

C&T – Ciência e Tecnologia

CAI – Comissão de Avaliação Institucional

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEAD – Centro de Educação a Distância

CEPE - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

CESPE – Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

CNE – Conselho Nacional de Educação

CONAE – Conferência Nacional de Educação

CONSUNI – Conselho Universitário

CPA – Comissão Permanente de Avaliação

DAC – Decanato de Assuntos Comunitários

DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais

DDS – Diretoria de Desenvolvimento Social

DEG – Decanato de Ensino de Graduação

DEX – Decanato de Extensão

EAD – Educação a Distância

EIPO – Encontro para Identificação de Problemas e Oportunidades

ENC – Exame Nacional de Cursos

EUA – Estados Unidos da América

IES – Instituições de Ensino Superior

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC – Ministério da Educação

NEAL – Núcleo de Estudos e Acompanhamento das Licenciaturas

PAIUB – Programa de Avaliação Institucional nas Universidades Brasileiras

PAS – Programa de Avaliação Seriada

PD&T – Pesquisa, Desenvolvimento e Informação

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PIC – Programa de Iniciação Científica

PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil

PPPI – Projeto Político Pedagógico Institucional

PPPs – Parcerias Público-Privadas

REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

STF – Supremo Tribunal Federal

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TICs – Tecnologias de Informação e Comunicação

UAB – Universidade Aberta do Brasil

USAID – United Agency for International Development

SUMÁRIO

Apresentação.....	9
Carta da criação da Universidade de Brasília	10
Elaboração do projeto pedagógico da UnB.....	11
1. Introdução	12
1.1 Universidade de Brasília: uma utopia possível	13
2. Universidade de Brasília: origens, desenvolvimento e inserção social.....	15
2.1.A UnB 50 anos depois de sua fundação	23
2.2. Infraestrutura atual	25
3. Missão, valores, princípios e perfil do egresso	26
3.1 Missão.....	26
3.2 Valores.....	27
3.3 Princípios	27
3.4 Perfil do egresso.....	28
4. Princípio pedagógico fundante da Universidade: ensino, pesquisa e extensão.....	29
4.1 Ensino : aspectos didáticos e pedagógicos	30
4.2 Pesquisa: produção de conhecimentos	31
4.3 Extensão: conhecimento e contribuições à sociedade	35
5. Princípios Orientadores da Organização Curricular	39
5.1 Interdisciplinaridade.....	39
5.2 Transversalidade	40
5.3 Contextualização	40
5.4 Flexibilidade	40
5.5 Diversidade	41
5.6. Convergência do Ensino presencial e a Distância	41
5.7. Política de Assistência Estudantil	45
5.8. Política de Assistência à Comunidade	45
5.9. Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs) no ensino presencial e a distância.	46
6. Formação profissional	51
6.1. Graduação: bacharelado e licenciatura	52
6.2. Pós-Graduação: <i>lato sensu</i> , <i>stricto sensu</i> e pós-doutoramento	53
7. Avaliação e Diretrizes	54

8. Gestão democrática e participativa	63
A gestão administrativa da Universidade de Brasília tem como base os princípios que regem seu Estatuto, estruturando-se em um conjunto de órgãos deliberativos e executivos, Unidades Acadêmicas, Centros e Núcleos de Estudos e Pesquisa.	63
8.1 Organização e estrutura administrativa	63
8.2 Modelo de gestão	66
9. Considerações Finais	67
Bibliografia consultada.....	68
Apêndices	70
Comissão Geral de Elaboração do Projeto Político-Pedagógico Institucional da Universidade de Brasília	70
Grupo de Sistematização.....	71
Grupo de elaboração da versão Consuni	72
Apoio Técnico	73

Apresentação

Este texto foi elaborado a partir do documento base aprovado pelo CEPE e o relato da professora Ruth Gonçalves. A elaboração desse texto ficou a cargo dos professores Cynthia Bisinoto, Iran Junqueira, Marcelo Rezende, Maria Cristina de Carvalho Cascelli de Azevedo, Maria de Fátima Ramos Brandão, Mauro Luiz Rabelo, Nara Pimentel, Nilce Santos de Melo e Ricardo Gauche.

Da transcrição da ATA DA QUINGENTÉSIMA SEXTA REUNIÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, realizada no dia sete do mês de março do ano de dois mil e treze, às quatorze horas e quarenta minutos, no Salão de Atos da Reitoria da Universidade de Brasília. Reunião do CEPE, temos que: "A Presidente encaminhou para que o Projeto Político Pedagógico Institucional da UnB seja aprovado no mérito e encaminhado ao DEG para que este reconduza a comissão que participou do projeto e faça os ajustes. Deliberação: Proposta aprovada com 39 votos favoráveis".

O grupo de professores fez inserções como a transcrição da Carta de Brasília, com as palavras do Presidente do Brasil, João Goulart, ao sancionar a Lei nº 3998, de 15 de dezembro de 1961, que instituiu a Fundação Universidade de Brasília. O grupo fez nova redação em alguns pontos, para atender ao solicitado no parecer. Ao final, o documento traz a lista dos autores que contribuíram para a elaboração da versão original encaminhada ao CEPE.

Carta da criação da Universidade de Brasília

"Na deliberação de trasladar a Capital da República para o Planalto Central, estava já implícito este ato de criação da Universidade de Brasília, órgão complementar indispensável para dar sentido espiritual e assegurar a autonomia cultural ao conjunto de instituições que compõem a cidade-capital. Não se tratava apenas de acrescentar uma universidade mais às que já temos e nos esforçamos por ampliar e aprimorar. O que esperamos da Universidade de Brasília e lhe indicamos como missão fundamental é que contribua para a integração nacional através da ampliação das oportunidades de educação asseguradas à juventude. É que enriqueça as modalidades de formação superior ministradas no país, contribuindo decisivamente para o preparo dos cientistas e dos técnicos, capazes de empreenderem a exploração racional do imenso patrimônio de recursos de que somos herdeiros, para colocá-los ao serviço do desenvolvimento nacional. E é, sobretudo, que constitua o centro cultural de Brasília, dotado da necessária criatividade para que essa cidade seja capaz de imprimir aos empreendimentos nacionais que aqui se conceberão o mesmo espírito inovador e o mesmo padrão de excelência que presidiram ao seu planejamento"

(Palavras do Presidente do Brasil, João Goulart, ao sancionar a Lei nº 3998, de 15 de dezembro de 1961, que instituiu a Fundação Universidade de Brasília (BRASIL, 1961).

Elaboração do projeto pedagógico da UnB

Em 2009, foi iniciado um esforço para a elaboração de um novo Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) da UnB, depois de identificada a necessidade de revisão do antigo projeto, elaborado em 1962 (PLANO ORIENTADOR, 1962). Percebeu-se que, diante da reestruturação e da expansão pelas quais a UnB passou, inclusive com a criação de novos *campi*, o antigo projeto, de 1962, não refletia a realidade da Instituição. A elaboração do PPPI, em consonância com as bases e princípios anunciados à época da criação da Universidade de Brasília, configurou-se como uma das principais metas institucionais inseridas no REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (BRASIL, 2007).

O projeto, iniciado em 2009, partindo da mesma missão, valores e princípios definido pelo Plano Orientador de 1962, documento original da fundação da Universidade de Brasília, visava ao futuro, sem se desligar da tradição e da cultura da UnB: ousadia em busca da inovação, mas reconhecendo e preservando os valores que são importantes à Instituição; união da coletividade por meio de sua diversidade; divulgação da proposta pedagógica; a conexão com os diferentes contextos; e, sobretudo, explicitando as concepções sobre a Universidade e a sociedade para as quais se dirige.

A UnB é, sobretudo, uma instituição em que convivem sujeitos que produzem conhecimento e que transmitem, socializam e aplicam o conhecimento e a tecnologia que criam. Essa coletividade atua sobre as diferentes dimensões em que se aborda o conhecimento e que exige, como primeiro princípio, a Ética para o Outro. Uma Ética da convivência, que sustente as práticas educativas que permeiam todas as dimensões e estruturas que caracterizam a Universidade. Práticas educativas que, além de contribuir e fornecer elementos para mediar a inserção de novas gerações no universo do trabalho, da sociabilidade, da cultura simbólica, efetivam-se pela exploração de mediações curriculares capazes de traduzir os meios para atingir tais fins e, sobretudo, de contribuir para a humanização das pessoas. A Universidade só se legitima se for ética, se responder ao compromisso fundamental do respeito radical à dignidade humana dos sujeitos que nela se envolvem.

Na UnB, destaca-se a responsabilidade com a formação de cidadãos éticos comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa, pautada nos valores da democracia e da paz. A cultura dos direitos humanos é um dos alicerces para a mudança social. Cabe à Universidade a implementação de diretrizes políticas que, efetivamente, revertam as situações de exclusão a que estão sujeitos muitos estudantes brasileiros.

Assim, entre 2009 e 2011, foram realizados seminários e fóruns para discussão acerca das estratégias para a construção do novo PPPI, envolvendo docentes, servidores técnico-administrativos e discentes. Em 2011, foi concluída e disponibilizada para consulta pública a primeira minuta do projeto. Atualmente, o novo PPPI encontra-se aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), aguardando alguns ajustes para envio ao CONSUNI, de acordo com decisão tomada naquele Conselho, conforme ATA DA QUINGENTÉSIMA SEXTA REUNIÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, realizada no dia sete do mês de março do ano de dois mil e treze, às quatorze horas e quarenta e minutos, no Salão de Atos da Reitoria da Universidade de Brasília. Agora, em 2014, a partir do parecer exarado no CEPE, apresentamos o seguinte documento para apreciação no CONSUNI.

1. Introdução

1.1 Universidade de Brasília: uma utopia possível

Pode-se aceitar que a Universidade de Brasília, UnB, seja compreendida como uma instituição que produz conhecimento. Essa é, no entanto, uma premissa redutora que confere vida própria à instituição, sem referências às pessoas que nela convivem. Assim, a UnB deve, sobretudo, ser considerada uma instituição em que convivem sujeitos que produzem conhecimento, socializam e aplicam o conhecimento e tecnologia que criam. Quer dizer, essa coletividade atua sobre as diferentes dimensões em que se aborda o conhecimento e que exigem como princípio primeiro a Ética para com o Outro. Uma Ética da convivência, que sustente as práticas educativas que permeiam todas as dimensões e estruturas que caracterizam a Universidade. Práticas educativas que, além de contribuir e fornecer elementos para mediar a inserção de novas gerações no universo do trabalho, da sociabilidade, da cultura simbólica, efetivam-se pela exploração de mediações curriculares capazes de traduzir os meios para atingir tais fins e, sobretudo, contribuir para a humanização das pessoas. A Universidade só se legitima, então, se for ética, se responder ao compromisso fundamental do respeito radical à dignidade humana dos sujeitos que nela se envolvem.

A Universidade de Brasília se constitui diretamente da utopia do projeto original da cidade que a abriga, a cidade que “nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz” em que um dos eixos foi arqueado a fim de “contê-lo no triângulo equilátero que define a área urbanizada”. (Relatório de Lúcio Costa para o Plano Piloto de Brasília, em Plano Orientador da Universidade de Brasília, 1962: s/pag.)

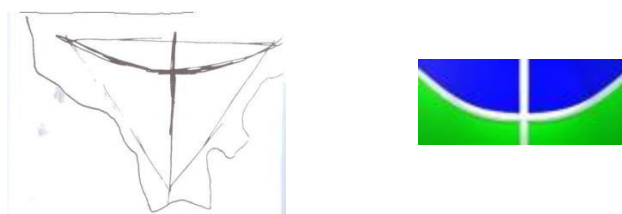


Fig 1: o gesto primário do traçado do Plano Piloto, se repete no símbolo da UnB

Redimensionando o espaço triangular para a área do retângulo, o símbolo da UnB mantém e reafirma o traço original. A metáfora visual se amplia: as linhas brancas que representam o traço original podem ser lidas como o símbolo dos sujeitos humanos, Ψ , que reitera a opção assinalada ao

final do primeiro parágrafo. Passa, assim, a marcar a identidade visual de uma Universidade de Brasília, criativa e inovadora como o projeto original e marco paradigmático, pois organizada para responder às funções que então se delinearão e que não poderiam “ser exercidas por uma universidade do tipo tradicional”. (Plano Orientador da Universidade de Brasília, 1962: s/pag.)

Uma universidade na qual se fez a opção por uma empreitada democrática em proposições pretensiosas na amplitude, mas em que se reconhece os meandros de uma jovem história. Jovem em seus 52 anos, mas com uma trajetória histórica rica em caminhos e descaminhos, conforme um dia lamentou seu fundador Darcy Ribeiro, reafirma a força da utopia que a originou como uma universidade que se orienta para além do desejo, pois que continuamente se lança a um horizonte utópico quando chega a uma meta projetada. Utopia, portanto, que configura tempos cheios de futuro, compreendida na perspectiva da história cuja dinâmica aloja muitos futuros possíveis além das experiências existentes e assim, exige capacidade de elaborar criticamente seu momento e ao mesmo tempo considerar a possibilidade de transformação do modo como organiza a produção de sua existência social. Utopia que não está definida como um dever-ser, mas como devir de crenças e valores organizados como princípios de novos modelos sociais que exigem a proposição de novos projetos de organização pedagógica.

A educação em Direitos Humanos na Universidade destaca a responsabilidade com a formação de cidadãos éticos comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa, pautada nos valores da democracia e da paz. A cultura dos Direitos Humanos é um dos alicerces para a mudança social. Cabe à Universidade a implementação de diretrizes políticas que, efetivamente, revertam as situações de exclusão a que estão sujeitos muitos estudantes brasileiros. (CNE, 2011). O texto orientador para elaboração dos Direitos Humanos do Conselho Nacional de Educação (CNE) explicita claramente que:

(...) a Educação em Direitos Humanos emerge como uma forte necessidade capaz de reposicionar os compromissos nacionais com a formação de sujeitos sócio-históricos de direitos e responsabilidades. Ela

poderá influenciar na construção e na consolidação da democracia como um processo para o fortalecimento de comunidades e grupos tradicionalmente excluídos dos seus direitos. (CNE, 2011,p.5).

Estes são os desafios que ora se impõem: a construção de um Projeto Político Pedagógico Institucional que nos projete para um futuro utópico, porém conectados com nossa tradição e cultura; que ouse para a inovação, mas que reconheça os valores que nos são caros e devem ser preservados; que trame a coletividade a partir da diversidade das singularidades que nos compõem; que, a partir de nossa pluralidade não neutra, explicita para a sociedade nossa proposta pedagógica; que nos ponha em conexão com os contextos sociais locais, regionais e globais a partir da nossa própria dimensão social; mas que, sobretudo, indique nossas concepções sobre que universidade e para qual sociedade estamos nos dirigindo, explicitando qual a relação entre sociedade e universidade pretendemos ser/construir. Enfim, que nos lance definitivamente em uma agenda do século XXI com trajetórias possíveis para o enfrentamento dos desafios da nossa contemporaneidade.

2.Universidade de Brasília: origens, desenvolvimento e inserção social

Embalada pelo signo criador da capital que a abriga, em forte sintonia com a configuração do momento histórico da abertura de fronteiras nacionais, da busca por novas formas de organização e convívio da coletividade urbana, a criação da Fundação Universidade de Brasília foi proposta à Câmara dos Deputados no primeiro ato presidencial após a inauguração da cidade de Brasília, em 21 de abril de 1960.

O ano e meio que separou a proposição do ato oficial da inauguração da Universidade de Brasília (Lei n.º 3.998, de 15 de dezembro de 1961) foi período que configurou a plenitude inovadora do processo de construção e implementação daquilo que hoje em dia é chamado de Projeto Político Pedagógico.

Um projeto de educadores – entre eles Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira – comprometidos com a ação política para a implantação de uma universidade com forte identidade cultural e social com a recém inaugurada capital da República e que, criativamente, instituiu uma organização acadêmico-pedagógica inovadora frente o paradigma universitário no Brasil.

Esse documento, o Plano Orientador da Universidade de Brasília (UnB, 1962), apresentou três características principais para a UnB:

- o sistema tripartido relativo à estrutura acadêmico-administrativa da universidade, composto pelos institutos (pesquisa e pós-graduação), faculdades (profissionalização) e órgãos complementares (serviços de apoio interno e interface *campus*-cidade e universidade-sociedade);
- o sistema de ciclos, em que, no primeiro ciclo ou sistema básico, o estudante de graduação (calouro) tinha acesso aos conteúdos básicos e propedêuticos de ciências, humanidades (artes, filosofia e letras) e tecnologia;
- a gestão colegiada (instâncias básicas formadas pelos colegiados, intermediárias pelas congregações e superiores pelos conselhos).

Diferentemente do modelo de universidade tradicional então existente, a UnB foi a primeira no país organizada em institutos e faculdades aos quais eram comuns os dois primeiros anos de formação básica. Os anos seguintes eram cursados em uma faculdade, se a opção do estudante fosse a profissionalização, ou em um instituto, caso a opção fosse por uma carreira científica.

Além de evitar a repetição de conteúdos e permitir a mobilidade discente, tratava-se, já naquele momento, de um estímulo à interdisciplinaridade e, invariavelmente, as “disciplinas de integração”, como eram chamadas as disciplinas do ciclo básico, contribuía para uma visão de mundo crítica e problematizadora da realidade vivida pelo país.

O golpe de 1964, no entanto, veio interromper a experiência dessa nova Universidade. Três vezes invadida e constantemente desrespeitada, a Instituição decaiu frente à rotina das perseguições, delações, prisões, afastamentos, demissões e desaparecimentos. De modo que, em outubro de

1965, 223 docentes pediram demissão de suas funções acadêmicas. O projeto, inicialmente imaginado, foi sepultado.

Durante a ditadura militar, a educação superior sofreu duas grandes reformas, em 1968 e 1971, ambas precedidas por acordos com a United Agency for International Development (USAID) dos EUA. Na UnB, essas novas orientações legais não foram reunidas em um novo projeto político-pedagógico. Porém, as vivências acadêmico-pedagógicas do modelo imposto mantiveram parte das inovações propostas anteriormente, tais como a permanência dos institutos e faculdades, o fim da cátedra, o sistema de créditos e a manutenção dos ciclos básico geral e profissional.

No entanto, naqueles tempos, a UnB passou a ser gerida de forma centralizada, sem que houvesse espaços para inovações acadêmico-pedagógicas, nem para manifestações ou questionamentos. O vestibular passou a se realizar por carreiras específicas; o número de disciplinas optativas de caráter geral diminuiu drasticamente; experiências pedagógicas inovadoras como o Método de Instrução Personalizada – Método Keller – ou a vinculação do curso de Medicina ao Hospital de Sobradinho, foram extintas, assim como várias atividades de extensão, salvo as conduzidas pelo regime militar, como o Projeto Rondon.

A UnB cumpria todas as determinações legais do Conselho Federal de Educação, como a obediência ao Currículo Mínimo e ao número de horas-aulas exigidas, a divisão dos cursos entre Ciclo Básico e Ciclo Profissional, e a escolha do curso feita de forma específica no ato de inscrição no vestibular. Entretanto, esses cursos eram englobados em duas grandes áreas: a de Humanidades e a de Ciências. A cada uma delas correspondia um Ciclo Básico, fase compulsória para o acesso ao Ciclo Profissional.

Os objetivos do Ciclo Básico incluíam a superação de deficiências oriundas do Ensino Médio, conhecimentos básicos indispensáveis para formação profissional e elementos gerais de cultura científica e/ou humanística. Apesar da quase unanimidade do reconhecimento da formação incompleta dos ingressantes, particularmente nas linguagens vernácula e matemática, a recuperação de deficiências do ensino médio era inócua para quem dela não necessitasse, e superficial e incompleta para aqueles que seriam os seus beneficiários.

Assim, as disciplinas do Ciclo Básico acabavam centradas no estudo dos conhecimentos pertinentes a cada uma das carreiras, o que gerava pelo menos dois problemas: a inexistência de conexão entre esses conhecimentos básicos e os que seriam vistos na formação profissional ou, o que era ainda mais grave, o estudante só tomava contato com a carreira após a conclusão do Básico; e, segundo, os conteúdos muito específicos das disciplinas destinadas às carreiras correlatas que todos eram obrigados a cursar.

Com o processo de redemocratização do Estado brasileiro que, na UnB, foi personalizado pela eleição direta para Reitor, em 1984, passam a ser eixos condutores das atividades acadêmico-pedagógicas propostas pela Reitoria a revisão dos processos ocorridos durante os anos de exceção, o fortalecimento das decisões colegiadas e a integração social e cultural da UnB com a comunidade externa, princípio que passa a nortear fortemente as experiências, por exemplo, da educação a distância. Dessa forma, nesses momentos de virada democrática, foi sendo percebida como indispensável a reestruturação do ensino de graduação, visando solucionar problemas oriundos do período anterior.

As principais mudanças foram estabelecidas na Resolução 027/1987 do Conselho Universitário (CONSUNI), que extinguiu a distinção formal entre as grandes áreas, Ciências e Humanidades, e decretou o fim do Ciclo Básico Geral.

Por outro lado, todos os cursos de graduação da UnB passaram a ser estruturados em dois módulos: o Integrante e o Livre. O Módulo Integrante, largamente dominante, era formado pela Área de Concentração ou de caráter disciplinar específico e pela Área Conexa. Já o Módulo Livre, correspondendo à pequena parcela do total de créditos exigidos, destinava-se ao espaço curricular para o contato do aluno com qualquer área de conhecimento ou campo de atuação, bem como para as atividades complementares. Além disso, foram introduzidos fluxogramas de sequenciação curricular para todos os cursos, resultando num sistema acadêmico semi-seriado.

A reestruturação do ensino de graduação aportada pela Resolução 027/1987 do CONSUNI representou um relativo sucesso na modernização da gestão acadêmica, mas foi incapaz de solucionar vários problemas pedagógicos presentes no sistema de Ciclos Básico e Profissional. Além disso, gerou outros, novos e graves problemas, como a estrutura seriada nos

currículos de vários cursos, sem espaços para qualquer formação interdisciplinar. As recomendações anexadas à Resolução 027/1987 foram, em geral, ignoradas pelos cursos, especialmente a integração entre formação profissional e geral; e ainda, entre ensino, pesquisa e extensão. A adoção de uma perspectiva aberta na categorização das disciplinas como restritas, adotada somente quando houvesse justificativas profissionais ou pedagógicas inarredáveis, também foi ignorada e considerada instrumento administrativo inibidor de demandas genuínas.

Paralelamente ao processo de reestruturação do ensino presencial, passa a funcionar na UnB, a partir de 1979, a Educação a Distância (EAD), que modernizou, promoveu e facilitou o acesso à educação, cultura e saberes nas suas diversas áreas, buscando superar obstáculos da distância física e temporal por meio das mais variadas ferramentas de interatividade e recursos que mais tarde foram expandidas com a utilização do *software Moodle*. Nesses últimos anos, houve um enorme acréscimo nas atividades de ensino a distância na UnB. Várias disciplinas foram criadas segundo essa modalidade. Além disso, disciplinas ditas presenciais funcionam, na prática, como semipresenciais. Paralelamente, a UnB aderiu ao programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), que constitui uma política nacional gerenciada pela CAPES/MEC, com a oferta de cursos de graduação na modalidade EAD.

Ao final da década de 1980, foram criados os cursos noturnos na UnB, após debate integrador sobre a formação dos licenciados pelos professores ligados ao Núcleo de Estudos e Acompanhamento das Licenciaturas-NEAL. Foram criados os cursos de Administração e Esquema I (que oferecia formação psicopedagógica aos docentes do ensino médio profissionalizante), em 1988, e o de Arquivologia, em 1991. No entanto, esses cursos foram implantados, praticamente, sem contratações de novos docentes e sem aportes adicionais de recursos financeiros às unidades que os tinham sob suas responsabilidades.

Ocorre nessa mesma época, a reestruturação do Centro de Processamento de Dados, que passa a se chamar Centro de Informática, com a tarefa de desenvolver as atividades de caráter permanente de apoio tecnológico, necessárias ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, no que se refere ao processamento de dados acadêmicos e administrativos.

Com a aprovação da Lei No. 8.618, de 4 de janeiro de 1993, a UnB obteve a autorização do Congresso Nacional para contratar novos docentes visando suprir as carências dos cursos noturnos já existentes, mas também para a criação de sete novas licenciaturas. Com essas licenciaturas, criaram-se as condições para a abertura de novos cursos e, conseqüentemente, para a real existência de um turno noturno, como de fato ocorre hoje na UnB.

De 1994 a 2002, a educação superior sofreu o impacto das políticas neoliberais adotadas pelo governo para a Educação, o que resultou em três características históricas que marcaram a educação superior pública no período, a saber: o sucateamento das universidades federais (cortes de verbas e não abertura de concursos públicos para as carreiras docente e técnico-administrativa); a ausência de uma política de assistência estudantil; e a expansão da educação superior privada por meio do financiamento público

Em consonância com esses novos tempos, a Reitoria da UnB realizou, em 1994, o 1º Encontro para Identificação de Problemas e Oportunidades (EIPO), com a participação dos três segmentos da comunidade universitária – professores, alunos e servidores técnico-administrativos. A partir dessas discussões, chegou-se à proposta de institucionalização do Sistema de Planejamento na UnB, por meio do Plano de Ação UnB: Visão Estratégica. A colaboração entre UnB e iniciativa privada, governo, empresas estatais e outros organismos foi uma das principais inovações que a partir de então passaram a fazer parte da vida da Universidade.

Em 17 de fevereiro de 1995, o *campus* universitário recebe o nome de *campus* Darcy Ribeiro.

Ainda que as três características citadas acima não tenham permitido aproveitar a oportunidade oferecida pela LDB para operar mudanças que tornassem a universidade mais competente, mais eficiente e mais integrada à sociedade que a sustenta e com a qual estabelece relação direta, em 1995, a UnB conseguiu implementar o Programa de Avaliação Seriada (PAS) como alternativa às formas tradicionais de ingresso. Com grande impacto social, principalmente para a comunidade do Distrito Federal, no esforço de tornar mais democrático o acesso à educação superior e na perspectiva de se fazer uma avaliação processual, o PAS surgia como uma oportunidade de integração das escolas de educação básica e a Universidade, privilegiando na seleção os estudantes que se dedicavam mais aos estudos desde o primeiro ano do

ensino médio. Para o PAS, a UnB passou a destinar 50% das vagas de seus cursos de graduação que iniciavam no primeiro semestre letivo de cada ano.

De 2003 a 2010, a educação superior pública é redirecionada para a ampliação das universidades existentes, criação de novas universidades e institutos federais de educação, crescimento alicerçado pelo Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades (REUNI).

No Brasil, a inclusão social por meio da expansão do contingente de estudantes que têm acesso ao ensino superior não é uma opção, mas um imperativo histórico, o que impõe à UnB a necessidade de uma formação sintonizada com o mundo do trabalho, de ampliação da oferta de vagas, de criação de novos *campi* e de novos cursos, inclusive no turno noturno e também na modalidade a distância.

Conjugados a essa tendência, no segundo vestibular de 2004, introduziu-se o sistema de cotas para negros – com a reserva de 20% das vagas em cada curso de graduação para estudantes que se declarassem negros no ato da inscrição e optassem por concorrer nesse sistema. Essa política de ação afirmativa foi aprovada em junho de 2003 pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da Universidade. Nessa mesma sessão, foi também aprovada a inclusão de 10 vagas semestrais para acesso a membros de comunidades indígenas, por meio de processo seletivo específico. A UnB – primeira universidade federal a adotar o sistema de cotas – buscou assumir seu papel na luta por um projeto de combate ao racismo e à exclusão social, atendendo ao compromisso social da ampliação do acesso e do desenvolvimento de garantias de permanência de estudantes. Um fato relevante ocorrido em 2012, foi o resultado do julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), da constitucionalidade da política de cotas raciais implantada pela Universidade desde 2004. Com o resultado favorável e a política declarada constitucional pelo STF, a Universidade reafirmou seu protagonismo nacional na redução das desigualdades sociais. Pode-se afirmar que a UnB foi uma das instituições responsáveis pela aprovação da Lei n. 12711/2012, que implantou a política de reserva de vagas, nas instituições federais de educação superior, para estudantes oriundos de escolas públicas de ensino médio.

Em 2007, repercutindo as ações políticas externas à Universidade, o Conselho Universitário (CONSUNI) aprovou, em sua 333ª reunião, realizada em 19 de outubro, o documento A UnB rumo aos 50 anos: Autonomia, Qualidade e Compromisso Social, como carta de intenções para que a UnB ingressasse no REUNI.

Entre esse primeiro movimento e a efetiva re-pactuação do Projeto REUNI-UnB, em julho de 2008, ocorre o afastamento do então reitor, decorrente do contexto político-econômico-administrativo interno. Face o prazo para a adesão ao Projeto REUNI, a nova administração superior propôs uma revisão do referido documento, tendo sido aprovada pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão em junho de 2008, como as diretrizes para adequação da proposta da UnB às diretrizes gerais do REUNI. Já na 427ª reunião, o CEPE aprovou a lista de cursos novos, a ampliação de vagas nos cursos existentes e a estimativa de distribuição de docentes e de recursos financeiros, com base nas demandas das unidades acadêmicas. O CONSUNI aprovou a proposta em sua 339ª reunião, realizada em 4 de julho de 2008. A criação de novos *campi* – Planaltina, Gama e Ceilândia, prevista no Plano de Desenvolvimento Institucional de 2002-2006, foi incluída na proposta de adesão ao REUNI.

Assim, em outubro de 2008, UnB e Ministério da Educação pactuaram o Projeto REUNI-UnB, que estabeleceu um conjunto de metas e indicadores a serem cumpridos no período entre 2008-2012 (UnB, 2008). O documento aprovado está disponível em http://www.unb.br/administracao/decanatos/deg/downloads/reuni/doc_reuni_novo.pdf (acesso em 23/02/2011).

As grandes transformações que caracterizam a Universidade nesses últimos anos, em especial as ações decorrentes da adesão ao REUNI, com a multiplicação da Universidade em três novos *campi* e a institucionalização de um programa de ensino de graduação a distância, indicam fortemente que a UnB mais uma vez reafirma seu compromisso cultural e social com os diversos contextos com os quais mantêm interlocução: com a cidade em que está localizada; com o Distrito Federal como contexto da capital do país; com o ecossistema da região do cerrado, na complexidade da relação entre o bioma fortemente ameaçado e o desenvolvimento agrícola; com a difusão de conhecimento em âmbito nacional; com a internacionalização constitutiva da experiência universitária contemporânea. Enfim, uma Universidade orientada

pelo anúncio de Darcy Ribeiro: “A vocação da UnB é ser uma universidade completa.”

2.1.A UnB 50 anos depois de sua fundação

O resgate do espírito fundador, do projeto inicial da universidade, da intencionalidade que presidiu sua concepção e criação como uma universidade "necessária", é fundamental para elaborar o presente Projeto Político-Pedagógico. Sem esse resgate, as razões e a essência de sua fundação se perdem e não nos permitem analisar a sua evolução ao longo dos últimos 50 anos. É preciso, portanto, colocar luz sobre essa evolução, ao mesmo tempo que é importante nos debruçarmos sobre qual universidade queremos ver projetada para os próximos anos. Tendo começado como uma universidade necessária, assim queremos continuar? Que universidade somos? Que universidade queremos ser?

A Universidade de Brasília, hoje, é constituída por 7 decanatos, 12 institutos e 14 faculdades; 9 centros de pesquisa especializados; 55 departamentos, 39 núcleos, 4 secretarias, 5 órgãos complementares e 9 órgãos diversos (Os órgãos de apoio incluem o Hospital Universitário, a Biblioteca Central, o Hospital Veterinário e a Fazenda Água Limpa) . Oferece 138 cursos de graduação, sendo 38 noturnos e oito a distância, além de 182 cursos de pós-graduação, sendo 105 de mestrado e 77 de doutorado. Os cursos são oferecidos em quatro *campi* no Distrito Federal: Darcy Ribeiro (Plano Piloto), Planaltina, Ceilândia e Gama. (FUB, 2012a). Em 2002, a UnB tinha 21.734 alunos regulares registrados nos cursos de graduação e, em 2013, a quantidade de matrículas na graduação chegou a 33.479 estudantes. Nesse ano, a quantidade de estudantes de pós-graduação superou a marca de 8.000 estudantes, perfazendo, no total, mais de 42.000 alunos.

Na concepção original, de 1962, os cursos da UnB apresentavam dois padrões distintos de formação: a profissionalizante oferecida pelas Faculdades e a de pesquisador, oferecida nos Institutos. Essa separação foi descaracterizada quando a distinção entre as estruturas acadêmicas foi desfeita. A formação atual é profissionalizante em sua totalidade. Ao longo do tempo, duas das três principais características da UnB constantes do Plano

Orientador da Universidade de Brasília (UnB, 1962) foram modificadas: o sistema tripartido e o sistema de ciclos. O sistema tripartido relativo à estrutura acadêmico-administrativa da universidade era composto pelos institutos (pesquisa e pós-graduação), faculdades (profissionalização) e órgãos complementares (serviços de apoio interno e interface *campus*-cidade e universidade-sociedade). Tal sistema ainda persiste, mas não mais como divisão de tarefas; agora, não há separação entre a formação profissional e de pesquisa. As Unidades Acadêmicas, quer sejam faculdades quer sejam institutos, oferecem os cursos de graduação na modalidade bacharelado ou licenciatura, pós-graduação (*lato e stricto sensu*) e atividades de extensão e pesquisa.

A criação de sistema semi-seriado em vez de sistema de ciclos, embora mantendo o sistema de créditos, promoveu uma rigidez na trajetória do estudante e dificultou a autogestão. No entanto, o sistema de créditos permite certa flexibilidade, bem como a oferta de disciplinas com módulo livre. Outro ponto a favor da flexibilidade curricular é a obrigatoriedade regimental do teto máximo de 70% de disciplinas obrigatórias para cada curso. Os 30% restantes de disciplinas optativas e de módulo livre ajudam na construção de uma trajetória acadêmica mais adequada a cada estudante, de acordo com suas expectativas de formação.

Os cursos de engenharia da Faculdade UnB Gama resgatam parte desses princípios ao oferecer uma formação estruturada na integração teoria-prática. Assim, há uma fundamentação teórica forte, necessária para a formação de um engenheiro, que permite acompanhar constantemente as transformações tecnológicas da profissão. A formação prática relaciona-se ao saber fazer, à incorporação individual do componente prático de operacionalização do conhecimento e da materialização de um projeto. O componente aprender-fazendo (*learning by doing*) deve ser incorporado necessariamente à práxis da formação. Propõe-se ainda que a aprendizagem do estudante esteja voltada para o processo de investigação e obtenção de informações, que leve o futuro profissional a buscar os meios necessários para produzir seu próprio conhecimento. Nessa proposta formativa é imprescindível que os novos recursos tecnológicos sejam utilizados e que o professor e os estudantes possam fazer uso de ferramentas multimídia, computadores,

softwares, entre outros, para melhoria da qualidade do ensino e das aprendizagens.

2.2. Infraestrutura atual

A universidade conta com um espaço físico amplo e bem situado no Distrito Federal. O Campus Universitário Darcy Ribeiro tem 3,95 milhões de metros quadrados (395 ha), equivalente a 33 estádios do Maracanã, o maior estádio de futebol do mundo. Desses, 552 mil metros quadrados são de área construída.

A construção dos novos *Campi* — Ceilândia, Gama e Planaltina — parte do projeto de expansão da UnB em seu Plano de Metas anunciado em 2005. O *Campus* da UnB na Ceilândia tem instalados 199 mil metros quadrados de área total e 9,8 mil metros quadrados de área construída. O *Campus* da UnB no Gama ocupa uma área total de 335 mil metros quadrados e 6,7 mil metros quadrados de área construída. O *Campus* da UnB em Planaltina foi oficialmente inaugurado no dia 16 de maio de 2006, quando já abrigava dez professores doutores e 70 estudantes matriculados nos cursos de Licenciatura em Ciências Naturais e Bacharelado em Gestão do Agronegócio. O *Campus* tem, hoje, 301 mil metros quadrados de área total e 12,5 mil metros quadrados de área construída.

A descentralização da Universidade de Brasília ocorreu em direção às áreas limítrofes do Distrito Federal, onde se concentra grande parte da população residente e onde o desenvolvimento de atividades científicas, artísticas e culturais exercerá impacto positivo sobre o nível de desenvolvimento social e econômico. A descentralização física da UnB foi estabelecida com base no grau de homogeneidade das características socioeconômicas e populacionais, além da proximidade geográfica.

- Faculdade UnB Planaltina (Resolução do Conselho Diretor nº 6/2006, de 19/5/2006): abrangendo as Regiões Administrativas de Sobradinho, Planaltina, Brazlândia e Sobradinho II e os municípios de Formosa, Buritis, Cabeceiras, Planaltina de Goiás, Vila Boa e Água Fria de Goiás.

- Faculdade UnB Ceilândia (Resolução do Conselho Diretor nº 6/2007, de 29/6/2007): abrangendo as Regiões Administrativas de Ceilândia, Taguatinga, Riacho Fundo, Recanto das Emas, Samambaia e Águas Claras, e os municípios de Mimoso de Goiás, Padre Bernardo, Cocalzinho de Goiás, Pirenópolis, Águas Lindas de Goiás, Corumbá de Goiás, Alexânia e Abadiânia.

- Faculdade UnB Gama (Resolução do Conselho Diretor nº 6/2007, de 29/6/2007): abrangendo as Regiões Administrativas de Gama, Santa Maria, São Sebastião, Paranoá, e os municípios de Cristalina, Luziânia, Valparaíso de Goiás, Novo Gama, Cidade Ocidental, Santo Antônio do Descoberto, Cabeceira Grande e Unai.

3. Missão, valores, princípios e perfil do egresso

Aspectos que fundamentam os processos acadêmico-pedagógicos da Universidade têm sido constantemente debatidos em diferentes instâncias administrativas da UnB. A reunião de um conjunto de princípios fundantes e de valores essenciais organizadores de aspectos da vida acadêmica indica para as linhas condutoras do funcionamento e do desenvolvimento de ações do cotidiano da universidade. Tornam-se, assim, tópicos que balizam a percepção sobre diferentes formas de organizar os processos da universidade.

3.1 Missão

Ser uma instituição inovadora, comprometida com a excelência acadêmica, científica e tecnológica formando cidadãos conscientes do seu papel transformador na sociedade, respeitadas a ética e a valorização de identidades e culturas com responsabilidade social.

Os aspectos listados a seguir devem ser compreendidos como orientadores da leitura da missão da UnB. Assim, a missão estabelecida para a Universidade de Brasília, envolve:

- a efetiva institucionalização e o amplo conhecimento sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

- o estabelecimento de um diálogo com a sociedade local para a definição de uma agenda acadêmica;
- o alinhamento entre o conhecimento que a UnB constrói e divulga, ao longo do processo de formação de seus alunos, com aquele que ela produz por meio da prática da pesquisa;
- a afirmação da aprendizagem via pesquisa como responsabilidade de todos os professores, alunos e servidores, na medida em que é o interesse da sociedade que está em jogo;
- a identificação de e a indagação sobre os obstáculos que impedem que o Brasil, em geral, e o DF, em particular, transformem-se em uma sociedade mais justa, igualitária e livre;
- a geração de conhecimentos úteis à humanidade.

3.2 Valores

Os aspectos orientadores da leitura da missão da UnB se organizam a partir de valores legitimados pelos processos históricos e culturais que permearam o percurso da Universidade de Brasília até hoje. São eles:

- a dignidade, a igualdade e a liberdade de todas as pessoas humanas;
- a ciência, enquanto forma de conhecimento confiável ao lado de outras formas de saberes;
- o diálogo em termos de igualdade com essas outras formas de saberes;
- a tolerância e a compreensão para com as mais diversas formas de manifestação de pensamento e de crença;
- a democracia como forma de organização política da sociedade em geral, e da Universidade, em particular.

3.3 Princípios

Os valores legitimados pelos processos históricos e culturais se traduzem em princípios norteadores dos fazeres acadêmicos mais gerais. Princípios caros às atuações e aos pensamentos de todos os que na Universidade de Brasília convivem. Considera-se como princípios da UnB:

- afirmar sempre os valores da igualdade e da liberdade de forma a auxiliar vigorosamente sua difusão e articulação com os demais valores sociais;
- afirmar sempre a harmonia dos seres humanos e de suas sociedades com o meio ambiente;
- atender à sociedade conhecendo a ela e à natureza que a cerca e condiciona, e comunicando à sociedade tais conhecimentos;
- fazer das aulas espaços de ensino por meio da pesquisa, e fazer da extensão ampla possibilidade de divulgação do conhecimento, de atuação profissional, de estabelecimento de um diálogo com a sociedade.

3.4 Perfil do egresso

O perfil de egresso a ser construído por meio da formação profissional de nível superior nas diferentes áreas do conhecimento é constituído de:

- espírito científico, pensamento reflexivo e estímulo à criação cultural;
- capacidade crítica para emitir juízos reflexivos sobre as relações entre contextos sociais, culturais, econômicos e políticos, coerentes com os princípios dos Direitos Humanos;
- capacidade ética relacionada a atitudes orientadas por valores humanizadores, como a dignidade, a liberdade, a igualdade, a justiça, a paz, a autonomia, o coletivo entre outros;
- domínio de conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos, e capacidade de comunicar esses conhecimentos por meio do ensino, de publicações e de outras formas de divulgação científico-cultural;
- capacidade de investigação científica, e de criação e difusão da cultura;
- aptidão para a inserção nos diversos setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira;
- capacidade de desenvolver trabalho colaborativo;

- desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional.

4. Princípio pedagógico fundante da Universidade: ensino, pesquisa e extensão

A dimensão dos processos pedagógicos na UnB se organiza a partir dos seguintes princípios fundamentais:

- a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que relaciona os processos de ensinar e aprender com a pesquisa científica e as atividades de extensão e organiza a síntese entre teoria e prática;
- a contextualização social e histórica do conhecimento;
- a interdisciplinaridade e a flexibilidade como processos contemporâneos de construção do conhecimento;
- a diversidade como proposta de atuação e inclusão.

Assim, a Universidade de Brasília compromete-se com uma formação humanista, crítica e reflexiva. Parte da compreensão de que é sua responsabilidade estimular e oportunizar a vivência de diferentes formas de pensar, produzir e socializar conhecimentos, com destaque para aqueles que possam contribuir para uma melhor compreensão da sociedade, bem como para a promoção das transformações sociais necessárias e desejadas.

Para tanto, entende que essa formação deva ser sólida e fortemente implicada na construção de novos padrões de produção e de consumo, comprometida com o desenvolvimento das pessoas, além de possuidora de identidade ética e estética que a torne capaz de possibilitar aos seus formandos e egressos lidarem com a sociedade do presente e, simultaneamente, com os desafios de criação de outros mundos possíveis, onde a espiritualidade, a sensibilidade, a tolerância e a consciência ecológica se aliem às capacidades cognitivas e ao desenvolvimento intelectual. Uma formação que preze pela liberdade de pensamento e pela solidariedade com o Outro, que favoreça o discernimento, leve à criatividade e fomenta o uso da

imaginação, dimensões igualmente importantes na produção e na apropriação de conhecimentos e saberes relevantes tanto do ponto de vista científico quanto social.

O princípio fundante da Universidade está articulado nas diversas diretrizes que norteiam ensino, pesquisa e extensão e que estão expostas a seguir.

4.1 Ensino : aspectos didáticos e pedagógicos

Em relação às práticas de ensino-aprendizagem e às diferentes formas organizadoras de aspectos didático-pedagógicos, consideram-se como orientações que:

- a observação e a reflexão são fundamentais para a compreensão da realidade e implicam aprofundamento e/ou ampliação da articulação entre teoria e prática, contribuindo para a integralização das atividades acadêmicas e para a produção do conhecimento nas distintas áreas;
- os conhecimentos teóricos e práticos, para a comunicação, para a análise crítica e criativa, para a reflexão independente e para o trabalho colaborativo em equipe, em contextos pluriculturais e interculturais, são elementos necessários à formação e fazem parte do perfil do egresso da UnB;
- a problematização, a indagação e a dúvida, ao longo da formação, são importantes como abordagens motivadoras e essenciais para o ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para o desenvolvimento de independência intelectual dos estudantes e para a busca de atualização e aperfeiçoamento, aproximando as reflexões teóricas das atividades práticas;
- o envolvimento dos alunos, desde o início, em processos de construção de conhecimentos a partir da vida real, ensejando assim biografias que, desde a raiz, estão comprometidas com o desenvolvimento da sociedade, da natureza e, simultaneamente, do próprio conhecimento científico;

- as inovações tecnológicas e metodológicas são suportes estratégicos à aprendizagem discente e à produção científica;
- os conteúdos, as metodologias, os mecanismos de avaliação e demais instrumentos de ensino-aprendizagem são partes da cultura e da identidade pedagógica institucional;
- a promoção de intercâmbio científico e acadêmico entre docentes e discentes, entre a graduação e a pós-graduação, entre a pesquisa e a extensão são considerados como indicadores de excelência;
- a mobilidade docente e discente entre cursos e *campi* universitários deve ser fomentada para permitir a construção de trajetórias acadêmicas flexíveis, sem prejuízo de uma sólida formação;
- a excelência acadêmica deve ser constitutiva e constituinte da estreita relação entre formação profissional e práticas sociais;
- a obrigatoriedade da realização de trabalhos de conclusão de curso (TCC), conforme previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais, deve refletir a síntese da formação social transformadora desenvolvida ao longo dos anos de formação;
- atividades curriculares de educação em direitos humanos, educação das questões étnico-raciais e educação ambiental devem constar como conteúdos complementares ou transversais nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação.

4.2 Pesquisa: produção de conhecimentos

A UnB é uma das poucas instituições de educação superior no país com capital intelectual, material, político e cultural para aceitar o desafio de se tornar uma universidade que atenda à crescente internacionalização sem perder a inserção regional. Nela se desenvolve ciência e tecnologia, mas também cultura, formação geral, conhecimento e capacidade de entender o que ocorre no país e no mundo. Nela se constroem pontes de comunicação entre o conhecimento e a sociedade. Enfim, cosmopolita e direcionada à diversidade desde a sua criação, deve conquistar padrão de referência, qualidade e relevância para outras instituições públicas de educação superior.

Ancorada sobre seu modo de ser ligado intimamente à sua realidade local e regional, a UnB também deve procurar a geração de conhecimentos valiosos à sociedade brasileira, em geral, e à humanidade. Sempre, porém, concebendo o conhecimento de acordo com o imperativo de seus princípios, e com aquilo que desvenda os obstáculos e sugere caminhos à realização de seus valores.

Na UnB, a pesquisa deve relacionar excelência acadêmica à aplicabilidade do conhecimento, atendendo a demandas sociais, seja de políticas públicas, do setor produtivo ou de organizações sociais. Para concretização desse objetivo, a Universidade precisa estabelecer condições para apoiar e estimular a criação de novos espaços científicos, aumentando, assim, a capacidade de produção científica. Assim, em relação à pesquisa na UnB, devem ser consideradas como diretrizes norteadoras:

- a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como configuradora da oferta de oportunidades institucionais para pesquisa no contexto da formação profissional cidadã do estudante, portanto, princípio estruturante da pesquisa na graduação e na pós-graduação;
- o compromisso da Universidade com a pesquisa como norteadora da criação de propostas de fomento, de incentivo e de construção dos princípios gerais da formação de profissionais com base na pesquisa;
- a geração de novos conhecimentos e tecnologias que sirvam como recurso de ensino e de aprendizagem, assim como de aprimoramento da atitude científica indispensável à formação superior;
- a expressão de normas e valores que transcendam a transitoriedade dos mandados e, como eixo estratégico na Universidade, esteja lastreada em um consenso social e político sobre a relevância da ciência e da tecnologia (C&T) para a Universidade e a sociedade;
- a formulação de política própria e a adaptação de estruturas de modo a propiciar a formação de grupos e sistemas

interdisciplinares, sempre que seja de interesse da sociedade, da instituição e dos novos campos de pesquisa;

- a orientação para os dados da realidade local, regional e nacional, sem perder de vista as generalizações, em contextos mais amplos, dos fatos descobertos e de suas interpretações;
- a incorporação efetiva da visão interdisciplinar, dando oportunidades para novos pesquisadores e novas áreas e criando redes de colaboração intra e interinstitucionais;
- a estimulação das relações interinstitucionais, nacionais e internacionais da UnB, possibilitando intercâmbios e parcerias, nos moldes da mobilidade acadêmica presente na graduação;
- a orientação para sistemas de pesquisa flexíveis que promovam a excelência científica e a interdisciplinaridade por meio do reconhecimento da importância da pesquisa básica e da aplicada;
- a organização de agenda de pesquisas a serem feitas nos percursos de formação dos alunos, estabelecida por meio de diálogo entre a universidade e a sociedade local em que as pautas de pesquisa reflitam a consciência, por parte dos professores e educandos, de problemas reais de seu meio ambiente natural e social, porque desenvolver o ensino com base na pesquisa significa trabalhar com a indagação e com a dúvida científica, instrumentalizando o estudante a pensar e a ter independência intelectual, que lhe possibilite a construção e a busca contínua do próprio conhecimento.
- o apoio às investigações voltadas para a Educação em Direitos Humanos.

Por outro lado, com respeito à infraestrutura e ao fomento da pesquisa, as ações se orientam para:

- o estabelecimento de política de planejamento e de investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) pela Universidade;

- a criação de espaços institucionais, interdisciplinares e multiusuários, formados por professores/pesquisadores, estudantes e técnico-administrativos como núcleo estruturante, visando garantir a relevância social e científica da pesquisa em relação aos objetivos institucionais;
- a criação de espaços e mecanismos institucionais, para disseminação do saber e da produção científica produzidos na Universidade, como instrumento de diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento e de estímulo à criação de parcerias internas para o desenvolvimento de pesquisa coletiva de alta qualidade;
- a criação de infraestrutura para apoiar iniciativas individuais ou associadas em rede, frente às oportunidades apresentadas pelas agências financiadoras;
- o desenvolvimento de grupos de pesquisa com verbas de agências de fomento e verbas próprias, criando um sistema de apoio à pesquisa: valorização da ciência fundamental, apoio institucional que desonere o tempo do pesquisador de tarefas administrativas e apoio diferenciado aos grupos de excelência;
- o fortalecimento da pesquisa pela valorização de professores e técnicos que participam dos projetos, pela destinação de recursos que atendam às demandas básicas desses projetos e pelo incentivo ao estudante para incluir essas atividades em sua formação acadêmica;
- o financiamento de bolsas de pesquisa (graduação e pós-graduação) especialmente para o Programa de Iniciação Científica (PIC), com definição clara das instâncias e processos, garantindo espaço para discussão da própria agenda;
- o apoio à produção científica coerente com a sua missão e com os investimentos e as políticas propostas para o seu desenvolvimento, com as necessidades sociais e com as exigências da ciência.

Com respeito às parcerias e internacionalização, as ações se orientam para:

- o estabelecimento de parcerias em todos os níveis, incluindo a área privada, em uma relação ética de não subordinação, com autonomia e soberania;
- o favorecimento da internacionalização da pesquisa, incentivando parcerias, convênios e mobilidade acadêmica em todos os níveis -- professores, pesquisadores, estudantes de graduação e de pós-graduação;
- a promoção da visibilidade internacional da produção científica, tecnológica e artística da UnB, mediante divulgação, em diferentes mídias e idiomas, de informações atualizadas sobre grupos de pesquisas existentes, resultados e produtos obtidos, estudos em andamento e participação de pesquisadores visitantes brasileiros e estrangeiros, valorizando a busca dos melhores talentos.

Com respeito aos indicadores de pesquisa, as ações se orientam para:

- o desenvolvimento, em articulação com a Comissão Própria de Avaliação, de indicadores de avaliação de desempenho acadêmico e de indicadores de pesquisa (docente e discente) que reflitam os princípios gerais propostos;
- o estabelecimento de indicadores capazes de contemplar a capacidade institucional e individual, de formação de novos pesquisadores, de integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão e de produção científica, tecnológica e artística de excelência acadêmica e de relevância social;
- o estímulo à criação e à consolidação dos mecanismos de registro da produção e do desenvolvimento das atividades dos pesquisadores da UnB.
- o fortalecimento das Comissões de Ética em Pesquisa.

4.3 Extensão: conhecimento e contribuições à sociedade

A Extensão Universitária existe no Brasil sob duas formas que traduzem, em suma, a própria história do conceito: uma centrada na prestação de serviços, na promoção de eventos, na difusão de cultura e no repasse de tecnologias, e outra mais articulada com o processo formativo (ensino) do aluno e com a produção do conhecimento (pesquisa).

As concepções de extensão universitária no Brasil situam-se dentro de duas vertentes históricas básicas: as universidades populares da Europa no século XIX (aproximação com a população) e o modelo de extensão norte-americano (orientada pela proposta de prestação de serviço)

A extensão esteve voltada, também, para o fortalecimento da função social da universidade por meio da difusão da cultura, a ser conhecida pelas classes populares, e da participação nas lutas sociais, objetivando transformações da sociedade, e também por meio da prestação de serviços e de cursos que visavam a conscientização das massas, despertando-as para seus direitos. Tais perspectivas, amparadas no diálogo entre saber acadêmico e conhecimento popular, estiveram presentes nas reformas universitárias latino-americanas (a exemplo de Córdoba, 1918) e nas obras de intelectuais brasileiros como Darcy Ribeiro e Paulo Freire.

Hoje, porém, entende-se que a extensão deve se desenvolver como uma troca de saberes, como uma relação dialógica que possibilite o empoderamento mútuo da sociedade e da universidade. Dessa forma, na extensão, integram-se processos educativos, culturais e científicos que articulam ensino e pesquisa e viabilizam a relação da universidade com as demandas sociais, locais, regionais e nacionais.

Na UnB, a extensão universitária tem se realizado em suas duas vertentes por meio de diferentes atividades: cursos de formação profissional; estágios ou atividades que se destinem à formação pré-profissional discente; prestação de consultoria ou assistência a instituições públicas ou privadas; atendimento direto à comunidade pelos órgãos de administração, de ensino ou de pesquisa; participação em iniciativas de natureza cultural; estudo e pesquisa em termos de aspectos da realidade local ou regional; promoção de atividades artísticas e culturais; publicação de trabalhos de interesse cultural; divulgação de conhecimento e tecnologias de trabalho; estímulo à criação literária, artística, científica e tecnológica; articulação com o mundo do trabalho e

sociedade em geral; compromisso da Universidade com a promoção e defesa dos Direitos Humanos.

Os limites que permitem caracterizar uma atividade de formação profissional como extensão e não como ensino ou pesquisa são tênues e carecem de contextualização. Propõe-se considerá-la e apoiá-la como práxis dialógica entre saberes (filosóficos, científicos, tradicionais e populares) que, articulada ao ensino e à pesquisa de forma indissociável, viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade, ou seja, um trabalho interdisciplinar produtor de conhecimentos que possam contribuir para a resolução dos problemas da exclusão e da discriminação social e para democratizar a Universidade, o conhecimento científico e a formação profissional. Organiza-se, portanto, como trabalho interdisciplinar que, integrando as artes e a ciência ao ensino, à pesquisa e ao desenvolvimento social, visa à superação da dicotomia entre ciência e senso comum por meio da produção de conhecimento comprometido, não apenas com a verdade, mas fundamentalmente com o bem comum.

Dessa forma, a UnB também deverá, sem distanciar-se de sua especificidade de produtora do discurso científico, estabelecer diálogo com outras formas de leitura da realidade, tais como os saberes espontâneos, em busca de soluções para os problemas fundamentais da existência dos seres humanos.

Assim, considerando os diferentes aspectos didáticos e pedagógicos que organizam as práticas de extensão no âmbito da UnB, propõem-se as seguintes diretrizes norteadoras da ação extensionista:

- a promoção de parcerias com as diferentes organizações da sociedade, públicas e privadas, e com os grupos da sociedade civil organizada, em âmbito pedagógico e científico, mas evitando que seja orientada a atividades rentáveis com o intuito exclusivo de arrecadar recursos extra-orçamentários;
- a viabilização de novos espaços dialógicos e de convivência entre esses saberes diversos que potencializem a participação ativa da UnB na construção da coesão social, do aprofundamento da democracia, da luta contra a exclusão social, da degradação ambiental e da defesa da diversidade, mas também a participação efetiva da sociedade na Universidade;

- o estabelecimento de um papel estratégico para a UnB na Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do DF (RIDE), por meio da consolidação de programas e projetos de extensão nessas cidades, contribuindo para a integração das diversas iniciativas que a UnB já desenvolve no Distrito Federal e Entorno;
- a priorização de questões emergentes da sociedade contemporânea, visando produzir conhecimentos que contribuam para qualificar debates importantes em nível local, regional e nacional;
- o empoderamento das comunidades internas e externas envolvidas em processos extensionistas da UnB, fazendo retornar às comunidades o resultado da atividade de extensão por meio de estratégias diversas;
- o atendimento das demandas emergentes das populações excluídas, por meio de metodologias sistêmicas e orgânicas, que direcionem a pesquisa, o ensino e a extensão para questões macro, locais e regionais;
- a potencialização da prática extensionista nos processos educativos articuladores entre a Universidade e a sociedade, garantindo que estruturas curriculares incorporem programas e projetos de extensão;
- a contribuição para o intercâmbio das ações de extensão de diferentes áreas de conhecimento;
- valorização, nas carreiras de docentes e técnicos, do trabalho extensionista, inclusive para fins de ascensão profissional;
- disponibilização de recursos para programas e projetos de extensão e a consolidação interna de linhas de pesquisa vinculadas à extensão, visando concorrer aos editais externos;
- garantia de que o estudante de graduação e de pós-graduação tenha incluído, em sua formação acadêmica, atividades de extensão, curriculares ou não, inclusive como parte da avaliação dos cursos, conforme regulamentação existente;
- o estímulo e o apoio à participação dos extensionistas em eventos científicos, na medida em que a extensão é aqui

concebida também como espaço de produção e de divulgação de conhecimentos científicos;

- a visibilidade, inclusive em nível nacional e internacional, às atividades de extensão que são realizadas na UnB;
- a realização periódica de censos integrados de ensino, pesquisa e extensão como ferramenta diagnóstica e norteadora das políticas acadêmicas;
- a produção de indicadores de avaliação, de forma articulada com a Comissão Própria de Avaliação, das atividades extensionistas, a fim de monitorar e qualificar a extensão da UnB.
- A adoção de estratégias que visem a real indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

5. Princípios Orientadores da Organização Curricular

O controle da integralização curricular é feito pelo sistema de créditos, correspondendo 1 (um) crédito a 15 (quinze) horas-aula, em trabalho efetivo sob coordenação docente, que podem ser com aulas teóricas ou práticas. No entanto, de acordo com a legislação atual, em especial as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), preconiza-se a flexibilização nos calendários, com a oferta contínua de disciplinas, eliminando-se barreiras cronológicas que impeçam essa ação. A partir da formulação das DCN para os diferentes cursos de graduação, a organização curricular é orientada por princípios de cunho epistemológico e metodológico.

5.1 Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade como abordagem epistemológica permite ultrapassar as fronteiras disciplinares, o que possibilita tratar, de forma integrada, tópicos, temáticas e eixos integradores às diversas áreas do conhecimento. A interdisciplinaridade, como princípio fundante, contrapõe-se à fragmentação, à homogeneidade e à linearidade no currículo. A interdisciplinaridade possibilita a organização curricular em torno de um tema central e questões relevantes e significativas identificadas cooperativamente

pelos professores e alunos. As Diretrizes Curriculares Nacionais para os diversos cursos de graduação orientam e apontam caminhos de uma integração de saberes o que requer um redimensionamento do enfoque e superando assim a fragmentação curricular. Santomé (1998, p.65) afirma que “...interdisciplinaridade é fundamentalmente um processo e uma filosofia de trabalho que entram em ação na hora de enfrentar os problemas e questões que preocupam em cada sociedade”.

5.2 Transversalidade

A inserção dos conhecimentos curriculares, ligados à educação em direitos humanos, às questões étnico-raciais e à educação ambiental tem como princípio pedagógico a transversalidade. Os conhecimentos são testados interdisciplinarmente como um conhecimento específico de um componente curricular ou de maneira mista, isto é, transversalidade e disciplinaridade. Os projetos pedagógicos dos cursos em sua organização curricular devem incluí-los como conteúdos complementares e flexíveis visando atender os “atuais desafios dos Direitos Humanos, como erradicação da pobreza, do preconceito e da discriminação, reconstrução pós-conflito e compreensão multicultural.” (CNE, 2001, p.24).

5.3 Contextualização

A contextualização ou tematização é um princípio metodológico que orienta a organização curricular e dá sentido social a procedimentos e conceitos próprios das áreas convencionais, superando, assim, o ensinar, o aprender, o pesquisar e o avaliar apenas pela necessidade acadêmica (Veiga, 2004). Este princípio dá sentido social aos conhecimentos, conceitos e procedimentos metodológicos.

5.4 Flexibilidade

É importante enfatizar que o princípio da flexibilidade aplicado à organização curricular é complexo por atender tanto “...às demandas da sociedade tecnológica moderna, quanto àquelas que se direcionam a essa dimensão criativa e libertária para a existência humana (FORGRAD, 2001 p.103). Sob essa perspectiva, a flexibilidade curricular é, ao mesmo tempo,

uma possibilidade e uma condição relevante para a efetivação de um projeto acadêmico de qualidade.

5.5 Diversidade

Outro princípio norteador da organização curricular é diversidade de experiências. Trate-se “(...) de potencializar as conexões sócio-políticas e profissionais do processo formativo”. (Ibiol, p.110). É importante ressaltar que experiências diversificadas são também conhecidas por atividades complementares, estudos independentes, estágios, visitas a empresas, indústrias, exposições de arte, concertos, teatros, clínicas, projetos interdisciplinares, entre outros, são alguns exemplos de diversidade curricular.

5.6. Convergência do Ensino presencial e a Distância

Objetiva-se que as modalidades de ensino presencial e a distância estejam integradas. As experiências com as TICs estão estimulando novas práticas pedagógicas da educação presencial e a distância ao desenvolver competências básicas. Nesse sentido, a Universidade criará condições necessárias para essa integração, que se dará por meio da atualização dos níveis tecnológicos, do esforço docente, da política de acolhimento discente, do estímulo à produção de materiais didáticos inovadores, da normatização dos processos internos de oferta de disciplinas a distância, do fortalecimento dos núcleos de informática visando à produção pedagógica.

Políticas Institucionais: Política de Acolhimento Integrado aos Docentes, Servidores Técnico-Administrativos e Discentes da UnB

A política de acolhimento integrado aos discentes da UnB baseia-se na Gestão Acadêmica Institucional e tem como princípios:

- Promoção da autonomia dos estudantes no que diz respeito ao seu processo de aprendizagem.
- Integração das estruturas de apoio acadêmico, psicopedagógico e social ao estudante.

- Desenvolvimento de metodologias de ensino-aprendizagem e recursos didático-pedagógicos apoiados em tecnologias de informação e comunicação;
- Fortalecimento dos processos de avaliação institucional (interna e externa).

A política de acolhimento integrado aos docentes da UnB fundamenta-se também na Gestão Acadêmica Institucional com a elaboração e disseminação de uma cultura de excelência no processo de ensino-aprendizagem por meio de práticas pedagógicas inovadoras e transformadoras e no desenvolvimento profissional docente. Essa política tem como princípios:

- Melhoria contínua da qualidade do processo de ensino-aprendizagem na perspectiva da inovação pedagógica.
- Contínua profissionalização e fortalecimento da identidade docente na educação superior.

O desenvolvimento profissional docente assenta-se na:

- Assessoria aos processos de criação e estruturação de cursos, reestruturação e alteração de PPPs ;
- Assessoria à inovação pedagógica e curricular;
- orientação quanto ao uso das tecnologias de informação e comunicação aplicáveis aos processos de ensino e aprendizagem presenciais e a distância ;
- capacitação para formação para orientação acadêmica;
- formação em línguas estrangeiras;
- ambientação acadêmica de novos docentes;
- fortalecimento das práticas inclusivas e de acessibilidade.

O desenvolvimento profissional é um processo sistemático e contínuo que tem por objetivo a elevação da qualidade do desempenho docente e dos servidores técnico-administrativos. Em relação ao grupo docente, Cruz (1996) concebe o desenvolvimento profissional como a evolução progressiva da ação docente orientada para o maior profissionalismo, com ênfase no juízo crítico e sua aplicação nos contextos de ensino-aprendizagem.

As formas de desenvolvimento profissional configuram-se pelos resultados da avaliação de desempenho de professores e de funcionários técnico-administrativos, em uma perspectiva formativa. Assim, as ações propostas nos programas de desenvolvimento profissional contemplam:

- Programas de formação de gestores para os servidores, docentes e técnico-administrativos, em cargo/função relacionada à gestão pedagógico-acadêmica da Instituição.
- Profissionalização por meio de programas para a formação institucional inicial, correspondentes ao conjunto de informações sobre a instituição, necessárias aos novos servidores (docentes e servidores) e que se constitui um conjunto de conhecimentos comuns a todas as carreiras e como outro conjunto de conhecimentos específicos para cada uma das carreiras (docente e de funcionário técnico-administrativo);
- programas permanentes de formação continuada, definidos a partir das necessidades/demandas dos servidores docentes e técnico-administrativos;

O desenvolvimento profissional vislumbrado para a UnB é aquele em que um planejamento geral se articula com características, necessidades e expectativas dos profissionais para os quais é executado. Assim, sua organização deve ser sensível aos contextos e às diversidades de ações acadêmicas e técnico-administrativas.

O desenvolvimento profissional de docentes e técnicos, na sua dimensão de formação continuada, de maneira a garantir que a formação

esteja coerente com as atividades acadêmicas e técnicas, está fundamentado nos seguintes pressupostos:

- ser um direito: o processo de formação continuada é um direito dos trabalhadores;
- ser um dever: o reconhecimento do direito dos servidores à formação continuada articula-se com o reconhecimento do dever da Universidade em assegurar esse processo;
- ser equânime: a equidade no desenvolvimento profissional significa reforçar o compromisso com a sociedade democrática, visando atender as prioridades formativas, a fim de melhorar o desempenho dos docentes. Por outro lado, aos funcionários técnico-administrativos são destinados programas de formação inicial e continuada, no sentido de ampliar as oportunidades de elevar competências para o desempenho de suas funções;
- respeitar a diversidade e valorizar o ser humano: a qualidade social e política é assumida no sentido de incorporar a referência transformadora que envolve o respeito, a valorização do ser humano, do profissional e do coletivo.

A UnB, como instituição pública, está articulada às políticas provenientes dos órgãos centrais da administração governamental. Sua cultura histórica e suas especificidades como universidade pública da capital do país favorecem a concepção de desenvolvimento profissional como uma atividade humanizante, em dimensões formativas que valorizem os docentes e técnico-administrativos pessoalmente, suas condições de trabalho e a organização de suas categorias representativas.

A compreensão dos processos formativos dos docentes e técnico-administrativos está vinculada às necessidades de projetos orientados para a universalização da educação superior e a renovação dialógico-pedagógica desses servidores para participarem dos projetos acadêmicos (RAMALHO,

B.L.; NUÑEZ, I.B.; GAUTHIER, C. Formar o professor, profissionalizar o ensino. Porto Alegre: Sulina, 2003).

A UnB do século XXI tem responsabilidade político-social e ética com os estudantes e a sociedade. Nesse contexto, a formação do docente universitário assume dimensão mais ampla, como fator preponderante para a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, em uma universidade democrática que busca desempenhar bem seu papel no futuro.

5.7. Política de Assistência Estudantil

A Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS) do Decanato de Assuntos Comunitários (DAC) atua com base no Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, instituído pelo Decreto 7.234/2010. Assim, os programas de assistência estudantil oferecidos têm o objetivo de responder às demandas de moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico, além do acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Os Programas de Assistência Estudantil são destinados aos estudantes regularmente matriculados em disciplinas de cursos presenciais, após análise de sua condição socioeconômica.

Apesar dos avanços, há ainda diversas oportunidades e desafios. É necessário implantar programas de suporte para a aquisição de materiais pedagógicos indispensáveis à formação do estudante, programas para auxiliar as mães-estudantes, garantir a manutenção da Casa do Estudante Universitário e ampliar o atendimento de atenção à saúde do estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

5.8. Política de Assistência à Comunidade

A UnB vem consolidando o seu papel de instituição socialmente responsável ao longo dos anos. Ressalta-se a importante função da Universidade para o desenvolvimento e a inclusão social no Brasil, em particular para o Distrito Federal e seu entorno. Entende-se que entre os

principais fatores de inclusão social estão: promoção da educação, inserção no mercado de trabalho, apoio aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e proteção do meio ambiente. Neste tópico, apresentam-se, em linhas gerais, os principais avanços da Universidade em relação ao seu compromisso social.

A UnB tem se empenhado na viabilização de igualdade de oportunidades para que os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica possam concluir seus cursos em condições semelhantes aos demais. Nos últimos anos, a demanda dos serviços oferecidos pela DDS cresceu substancialmente devido ao processo de expansão da Universidade. Em 2012, houve a implantação de novas bolsas de permanência, ampliação da moradia estudantil e a criação de outros projetos vinculados ao desenvolvimento social.

No âmbito do Decanato de Extensão (DEX), cuja missão é incentivar a interação entre a UnB e a sociedade, a reestruturação e a expansão universitária contribuíram para a ampliação de ações que refletem o compromisso social da instituição, sobretudo no que diz respeito ao meio ambiente, ao patrimônio e a memória cultural da instituição.

A Universidade, além da formação tradicional em salas de aula, proporciona aos estudantes participantes das empresas juniores experiências mais realistas com o mercado de trabalho, pois eles são estimulados a desenvolver competências não previstas nos conteúdos programáticos dos cursos. Esporte, arte e cultura são fortalecidos na Universidade pelo trabalho da Diretoria de Esporte, Arte e Cultura do Decanato de Assuntos Comunitários. Considera-se que a área teve importantes avanços na adoção de novas metodologias, de oferta de oficinas artísticas e culturais, desenvolvimento de ações sociais, ambientais, educativas, difusão das vias esportivas na Universidade, inclusão de novos centros acadêmicos e criação da Bolsa Atleta financiada com recursos do REUNI.

5.9. Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs) no ensino presencial e a distância.

O desenvolvimento vertiginoso das Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs) e a ampliação da oferta de cursos superiores a distância nessas últimas décadas está mudando radicalmente a face da educação superior no Brasil. Entre as mudanças evidentes destaca-se a existência de oferta de cursos e disciplinas tendo como suporte as TICs. Tais processos demandam das universidades novas formas de gestão da educação superior tendo em vista as especificidades das TICs aplicadas a contextos educativos.

A Universidade de Brasília, desde 1979, inicialmente com a criação do Centro de Educação a Distância CEAD e, posteriormente, com apoio de outras estruturas acadêmicas, vêm ampliando gradualmente a oferta de diferentes propostas pedagógicas baseadas nas TICs. Tais ofertas são viabilizadas por meio de parcerias com órgãos governamentais e não governamentais e projetos de pesquisa em diferentes contextos educativos.

Pode-se destacar que as iniciativas com uso das TICs na UnB ao longo dos últimos anos buscam estar em consonância com as grandes transformações que caracterizam a universidade na atualidade. Tais iniciativas devem estar contempladas em processos de ensino e aprendizagem presenciais e a distância a partir dos projetos pedagógicos respeitando a legislação vigente, os referenciais de qualidade para EaD e as normas internas dos colegiados e conselhos departamentais dos cursos.

Na UnB, a metodologia, gestão e avaliação das atividades pedagógicas baseadas nas TICs devem estar previstas nos projetos acadêmicos, tendo em vista:

- avaliações do desempenho acadêmico;
- estágios obrigatórios previstos na legislação pertinente;
- defesas de trabalho de conclusão de curso em conformidade com a legislação pertinente;
- atividades de laboratório de ensino, previstas nos projetos pedagógicos dos cursos;
- pesquisa e avaliação permanente.

Para tanto, entende-se que, por meio da participação ativa da comunidade acadêmica, deve-se prever a criação e ampliação do uso das TICs no ensino superior presencial e a distância tendo como princípio fundante a pesquisa e a melhoria da qualidade da educação e as diretrizes norteadoras do PPPI e PDI da UnB.

- Nesse sentido, a inclusão das TICs na educação presencial e a distância terá como princípios a inclusão social, por meio da ampliação do acesso ao saber acadêmico nos diferentes municípios visando à redução das desigualdades sociais, prioritariamente na Região Centro-Oeste e Distrito Federal, mas não se limitando a ela.
- Oferta de cursos de qualidade capaz de proporcionar a emancipação intelectual, social e econômica dos diferentes atores sociais.
- O uso das TICs como complementar às disciplinas presenciais e a distância.
- A criação de modelos de fomento e incentivo à integração das TICs na educação presencial e a distância pelas instâncias internas responsáveis na UnB em diferentes níveis e modalidades.
- A criação de política de formação de docentes para o uso adequado das TICs por todas as Unidades Acadêmicas e demais instâncias da UnB .
- Promover a atualização constante da infraestrutura para o uso eficiente e efetivo das TICs no ensino presencial e a distância.
- A formulação de política própria para oferta de cursos a distância e inclusão das TICs nos processos de ensino e aprendizagem que leve em conta as condições reais das Unidades Acadêmicas para ofertas de qualidade
- A estimulação à pesquisa permanente das atividades de ensino baseadas nas TICs via editais internos para garantia de ofertas com qualidade pedagógica.

- A estimulação e difusão dos resultados das atividades pedagógicas baseadas no uso das TICs via estímulo à produção acadêmica.
- A criação de estratégias internas para institucionalizar a gestão dos cursos a distância tendo em vista os diversos atores sociais como: tutores, coordenadores, polos de apoio presencial, docentes, equipes multidisciplinares, recursos tecnológicos).
- O favorecimento do acesso aos estudantes a distância em todas as atividades acadêmicas da UnB sem distinção entre as modalidades.
- Estabelecimento de diretrizes para a submissão de cursos e disciplinas a distância em consonância com a estrutura acadêmica da UnB, levando-se em conta as especificidades da EaD e autonomia universitária.
- A integração entre as atividades presenciais e a distância nos diferentes níveis e modalidades de ensino via planejamento adequado das ofertas.
- O compartilhamento da produção acadêmica via materiais didáticos dos cursos presenciais e a distância
- O investimento na produção de materiais pedagógicos para melhoria da qualidade dos cursos baseadas em TICs via aplicação de referenciais de qualidade para EaD na UnB.
- Criação de formas de gestão da EaD para análise e avaliação das ofertas de cursos e disciplinas a distância na UnB.

Assim, para a viabilização dos princípios apontados acima, serão ofertados *cursos a distância*, preferencialmente, na formação inicial e continuada de professores, por meio de iniciativas próprias das Unidades Acadêmicas, bem como via adesão a programas e projetos emanados do Governo Federal e do Distrito Federal, em consonância com as diretrizes de qualidade da UnB. Os cursos podem abranger:

- Cursos de formação inicial como licenciaturas e bacharelados;

- Cursos de formação continuada – cursos de extensão compreendendo cursos livres;
 - Programas de pós-graduação *lato-sensu* por meio de cursos de especialização ou equivalentes;
 - Programas de pós-graduação *stricto-sensu* compreendendo mestrado acadêmico e profissional ou doutorado.
- **5.10 O papel da Biblioteca Central na elaboração dos currículos**
- A Biblioteca Central (BCE) é o órgão da Universidade de Brasília responsável pelo provimento de informações às atividades de ensino, pesquisa extensão, cuja missão é promover e garantir à comunidade universitária o acesso à informação científica e o compartilhamento do conhecimento no âmbito do Sistema de Bibliotecas da UnB. Neste contexto, cabe destacar que é responsabilidade dos docentes a indicação das bibliografias básicas e complementares das disciplinas de cada curso, com vistas ao desenvolvimento dos acervos, bem como sua manutenção e constante atualização. Para isso, a BCE conta com uma equipe de bibliotecários responsáveis pela formação dos pedidos de aquisições e todo o processo de licitações e compras, até a completa disponibilização das bibliografias aos alunos; parte esta essencial perante as avaliações realizadas pelo Ministério da Educação para autorização, reconhecimento, e renovação de autorizações dos cursos.
 - Além disso, as bibliotecas digitais geridas pela BCE também tem contribuído para a gestão e disseminação da produção científica e acadêmica da UnB. Todos os seus conteúdos estão disponíveis publicamente por meio do acesso aberto, e, por isso, proporcionam maior visibilidade e impacto da produção da instituição no mundo. Entre tais serviços digitais, destaca-se a Biblioteca Digital e Sonora (BDS), voltada para atender as demandas de informação para deficientes visuais da UnB e de toda a comunidade, a Biblioteca Digital de Monografias (BDM), que possui um acervo de monografias de graduação e especialização de alunos da UnB na conclusão de seus cursos, o Repositório Institucional (RI-UnB), cujos trabalhos são produzidos, submetidos ou patrocinados pela Universidade de Brasília ou por membros da comunidade acadêmica, que desde 2009, por exemplo, até 2015, já teve mais de 10 milhões de downloads e quase 7 milhões de consultas de seus conteúdos em todo o mundo.

- Essas e outras questões devem sempre ser previstas nos projetos acadêmicos na UnB, em parceria com a Biblioteca Central, a fim de integrar todas as atividades-meio ao papel principal da instituição enquanto formadora de cidadãos.

6. Formação profissional

A formação profissional na Universidade de Brasília, nos níveis de graduação e de pós-graduação, deve-se pautar pela busca da qualidade, da relevância, da inovação, da eficiência, da transparência, da responsabilidade social e do respeito à diversidade. Deve estar comprometida com a superação das desigualdades educacionais, sociais e econômicas, bem como com o desenvolvimento humanístico, científico e tecnológico, nos âmbitos local, regional, nacional e internacional.

A formação para o trabalho pressupõe o desenvolvimento de conhecimentos multifacetados e a preocupação com os desafios com que a sociedade se depara neste século. Os saberes produzidos em nível de graduação e de pós-graduação conectam-se às dimensões cultural, científica, econômica e social, sem deixar de lado todo o conhecimento historicamente constituído, contribuindo, dessa maneira, para a construção de uma sociedade justa e inclusiva, democrática e cidadã.

Como meio de se alcançar a formação multifacetada que se espera dos egressos dos cursos de graduação e de pós-graduação da Universidade de Brasília, recomenda-se a interdisciplinaridade e a flexibilização curriculares, respeitadas as diretrizes curriculares de cada curso e a legislação vigente, buscando constantemente a atualização e a inovação, de forma a atender e antecipar as demandas sociais, tecnológicas, econômicas, culturais e ambientais, tanto nas áreas da ciência básica quanto nas áreas da ciência aplicada. Recomenda-se também a integração entre a Universidade, as empresas, os centros de pesquisa e as instituições de ensino, buscando a inovação e a sustentabilidade, nos âmbitos social, econômico, político, cultural e ambiental.

6.1. Graduação: bacharelado e licenciatura

O ensino de graduação constitui a base da formação superior para a construção de uma sociedade inclusiva e de conhecimento diversificado, em que sobressaem o pensamento crítico e a cidadania ativa, a valorização dos direitos humanos e o respeito à democracia.

Os bacharelados e as licenciaturas devem primar pela formação do estudante nas diversas áreas do conhecimento, de forma interdisciplinar e numa perspectiva de educação científica, em que o ensino se alie à pesquisa e extensão, numa resposta às demandas da sociedade. O ensino proporcionado pelos cursos de graduação, articulado à pesquisa e à extensão, pode ser estimulado por meio do incentivo a uma maior integração com os cursos de pós-graduação, em que se desenvolvam projetos conjuntos de educação científica, de apoio e de reconhecimento ao ensino de graduação, e da participação colaborativa dos estudantes de graduação em pesquisas desenvolvidas no âmbito da pós-graduação.

Não se pode deixar de mencionar a relevância da parceria pedagógica dos cursos de licenciatura com a escola pública de nível básico com vistas à construção de uma política institucional de formação docente como sendo um dos aspectos cruciais e estratégicos para o desenvolvimento do país. A participação dos cursos de licenciatura da Universidade de Brasília, em programas e editais das agências de fomento nacionais e internacionais, deve ser estimulada.

Cabe também ao ensino de graduação estabelecer a relação entre os conhecimentos produzidos na Universidade e as demandas do mundo do trabalho, desde os primeiros períodos do curso, desenvolvendo práticas pedagógicas e atividades acadêmicas que contribuam para a consolidação da formação profissional do estudante. Nesse sentido, recomenda-se a parceria científica e pedagógica da Universidade com a rede de ensino superior e outras instâncias educacionais, de maneira a promover a articulação entre teoria e prática, em âmbito local, regional e nacional, nos setores públicos e privados. Por fim, vale ressaltar que os cursos de bacharelado e de licenciatura devem buscar a interdisciplinaridade e a flexibilidade dos currículos, formando profissionais aptos para trabalhar com a diversidade. Nesse sentido, deve-se fortalecer a política de mobilidade estudantil com outras Instituições de Ensino Superior (IES) no país e a política de intercâmbio estudantil com instituições de

ensino no exterior, o que possibilitará aos graduandos a vivência de outras realidades e o desenvolvimento de competências e habilidades a partir de outros universos.

6.2.Pós-Graduação: *lato sensu*, *stricto sensu* e pós-doutoramento

A pós-graduação deve se caracterizar pela excelência no ensino e na pesquisa, preocupando-se com a inovação, a criatividade e a diversidade, e não perder de vista o seu caráter de formação continuada, em cursos *lato sensu* e *stricto sensu*, possibilitando a ampliação da atuação de mestres e doutores nas IES e a formação de profissionais especializados nas diversas áreas do conhecimento.

Na Universidade de Brasília, vislumbra-se o equilíbrio de investimentos entre a pesquisa básica e a aplicada, concedendo especial atenção às pesquisas que têm como foco a compreensão e as propostas de solução de problemas locais.

Nesse campo, é preciso reafirmar a relação dinâmica entre graduação e pós-graduação como um pressuposto na formulação das políticas de ensino, pesquisa e extensão dos Decanatos envolvidos. Assim, a busca pela flexibilização curricular do modelo de pós-graduação, permite o crescimento do sistema e possibilita a formação de profissionais com perfis diferenciados para atender a dinâmica dos setores acadêmico e não-acadêmico.

Em outra perspectiva, enfatiza-se o desenvolvimento de projetos conjuntos com o ensino de graduação, fortalecendo a relação entre esses dois níveis de educação superior.

É ainda a pós-graduação um contexto privilegiado para a formação continuada docente, fator relevante para o desenvolvimento do país. Por essa razão, a participação dos discentes da pós-graduação no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes da graduação, em conjunto com seus professores e desenvolvendo atividades teóricas e práticas, possibilita o preparo dos pós-graduandos para a docência superior e especializa docentes da educação básica. É preciso considerar, também, a necessidade ao estímulo e à garantia do apoio institucional às ações que levem ao fortalecimento da iniciação científica e a ações de solidariedade entre pós-graduandos e

graduandos no desenvolvimento de projetos de pesquisa, de atividades laboratoriais e do incentivo à constituição de grupos de discussão, como um dos pilares para a integração entre esses dois níveis de formação.

Incentiva-se a promoção da cooperação e de parcerias internacionais em ciência e tecnologia, em todas as áreas do conhecimento, como estratégia de pesquisa e de desenvolvimento da pós-graduação e do intercâmbio de ideias e projetos. Recomenda-se a articulação da comunidade acadêmica, incluindo discentes e docentes, com centros da produção científica internacional de reconhecida competência, bem como a promoção da cultura de responsabilidade social, visando promover a circulação do saber como forma de encontrar soluções comuns para os problemas mundiais.

Como fator de integração nacional, considera-se a ênfase nas ações da UnB em parceria com outras universidades do Centro-Oeste, Norte e Nordeste, para o desenvolvimento de programas de pós-graduação interinstitucionais e de programas de mobilidade estudantil, como forma de descentralizar a produção de conhecimento e a formação profissional. O atendimento às novas áreas do conhecimento e o investimento no intercâmbio de experiências, de grupos de pesquisa e na atuação em rede visa a diminuir os desequilíbrios regionais quanto à oferta e ao desempenho dos programas de pós-graduação.

É preciso buscar novas modalidades de interação entre a Universidade e a sociedade, para atenuar a distância temporal entre a produção do conhecimento e a sua apropriação pública e facilitar os caminhos para que o desenvolvimento científico se torne, efetivamente, um agente de transformação social e econômica.

Por fim, especial atenção precisa ser dada à internacionalização da pesquisa produzida pela Universidade de Brasília, por meio de uma política consistente de publicação no exterior.

7. Avaliação e Diretrizes

Avaliar significa atribuir valor, dar valia. A avaliação é tema de grande complexidade e sua importância é indiscutível no cenário das grandes transformações em que se insere o país. Ao almejarmos o desenvolvimento,

busca-se, acima de tudo, viabilizar o desenvolvimento humano. Se o desenvolvimento amplo do país é o que se quer, não há como alcançá-lo sem o planejamento de metas e ações que possibilitem essa realização. Por sua vez, esse planejamento depende do conhecimento que temos das grandes instituições brasileiras, entre as quais, as de ensino. Assim, a avaliação constitui hoje um dos temas de maior destaque na agenda das instituições de ensino superior (IES), estejam elas no setor público ou privado. Apesar da crescente relevância atribuída ao tema, a avaliação da educação superior brasileira já vem sendo feita há algumas décadas.

O início dos anos 1980 foi marcado do ponto de vista da política brasileira por dois fatores aparentemente paradoxais mas que, na verdade, faziam parte da lógica do processo de transição pela qual o país passava. De um lado, a crítica às instituições públicas que partia dos setores sensíveis a uma condução política autoritária em decadência e que lutava por perpetuar-se no poder; e, de outro, a resistência daqueles que defendiam o nascente e frágil processo de redemocratização e que lutavam pelas mudanças das bases sociais e políticas sobre as quais o país se assentava por meio, principalmente, do fortalecimento de instituições públicas como o Parlamento e as Instituições de Ensino Superior (IES). Nesse contexto, é possível compreender-se a política educacional da época nitidamente contrária à universidade pública, e as críticas dirigidas pelo governo às universidades e por ele estimuladas.

Também nesse contexto e como reação, surgem as discussões sobre a “avaliação” das instituições públicas, principalmente das universidades, como forma de possibilitar o resgate e a credibilidade dessas instâncias de poder. Ou seja, a avaliação surge, de um lado, decorrente de um caráter estrutural e estrategicamente utilizado pelos setores interessados na redemocratização do país. As universidades, na condição de instituições públicas, deviam ser avaliadas como forma de prestação de contas à sociedade acerca dos recursos públicos utilizados. Por outro lado, a avaliação surge como uma resposta às críticas feitas à universidade pública na tentativa de reverter o quadro nitidamente favorável à sua privatização.

O maior avanço nas discussões sobre o tema ocorreu nos anos 1990, com a elaboração do documento básico *Avaliação das Universidades Brasileiras: uma proposta nacional*, conhecido como PAIUB. Considerando a

avaliação um instrumento de importância para o planejamento e a gestão universitária, defendia os princípios da globalidade, adesão voluntária, legitimidade, continuidade, auto-crítica, atitude diagnóstica, estabelecimento de compromissos com a sociedade e inserção no momento histórico (Brasil, 1993).

O processo de avaliação proposto consistia de uma etapa de diagnóstico dos cursos de graduação que deveria ser somada à avaliação externa e à reavaliação. Assim, a avaliação deveria ser contínua e sistemática, de caráter institucional, e realizada com intensa participação da comunidade acadêmica, integrando a avaliação interna à externa. No entanto, o PAIUB e seu grupo gestor foram afastados no final dos anos 1990, mesmo que isso tenha provocado críticas de vários segmentos do mundo acadêmico.

Com a publicação da Lei nº 9.131, em 1995, foi instituído o Exame Nacional dos Cursos (ENC), popularmente conhecido como Provão, em que era estabelecida a obrigatoriedade da realização de exames nacionais para avaliação do desempenho dos formandos do curso. Recebendo inúmeras críticas de diversos segmentos da sociedade, o Provão enfrentou boicote considerável, o que levou à publicação do Decreto nº 2.026, de 1996, com a retomada de vários indicadores de avaliação propostos no Documento Básico do PAIUB.

O caráter regulatório das avaliações foi obtido com a publicação, em 1996, da Lei de Diretrizes e Bases Educação Nacional (Lei n.º 9.394) e sua regulamentação em 1997, por meio do Decreto n.º 2.207. A partir de então, a autorização e o reconhecimento dos cursos, assim como o credenciamento das IES, teriam prazos limitados e só deveriam ser renovados após a realização do processo regular de avaliação. A desvinculação entre o ENC e os outros processos avaliativos era criticada e também o seu caráter midiático e a pouca contribuição para a melhoria da educação superior, desconsiderando peculiaridades regionais, locais e institucionais (ZANDAVALLI, 2009).

A história da UnB em termos de avaliação institucional é anterior a tudo isso e, de certo modo, acabou influenciando as decisões nacionais. Na UnB, a criação da Comissão de Avaliação Institucional (CAI), em setembro de 1986, ocorre com o objetivo de elaborar e testar uma proposta de metodologia de avaliação institucional para a Instituição. A metodologia desenvolvida pela CAI foi aprovada pelo CEPE no primeiro semestre de 1987 e tinha por objetivos “a

necessidade de se atingir uma autoconsciência institucional e fornecer subsídios confiáveis para a tomada de decisão” (UnB,1987:16). A proposta caracterizava-se por uma combinação de autoavaliação com avaliação externa, pela utilização de diversas fontes de informação, avaliadores para cada dimensão em foco e pela observação continuada.

Após a aprovação pelo CEPE, a CAI procedeu em 1987 ao primeiro teste da metodologia que contou com a participação voluntária de oito departamentos, 65 professores e 979 alunos, que avaliaram 82 disciplinas e os respectivos docentes. No ano seguinte, ainda em caráter experimental, a avaliação de disciplinas e desempenho docente prosseguiu com a participação voluntária de 450 professores e cerca de dez mil alunos, que responderam aos questionários avaliativos. Em 1989, foi elaborada e testada uma metodologia de avaliação dos cursos de graduação com a participação de 33 cursos avaliados por 434 alunos formandos e 340 professores. Em novembro daquele ano, o CEPE tornou compulsório o processo de avaliação institucional desenvolvido pela CAI já, então, transformada em Centro de Avaliação Institucional.

Em 1992, por decisão do CEPE, foi planejada a avaliação global do ensino de graduação, tanto na ótica interna (por professores e alunos) quanto a partir de uma perspectiva externa (por consultores/avaliadores externos à UnB). Assim, no segundo semestre de 1992, foram avaliadas 757 das 1.105 disciplinas oferecidas na graduação, com a participação de cerca de 15 mil alunos respondentes e respectivos professores. Também os cursos de graduação (35 em um universo de 38) foram avaliados pela maioria de seus formandos e professores.

No primeiro semestre de 1993, foi elaborada a metodologia para a avaliação externa dos cursos de graduação. No segundo semestre foi realizada a avaliação externa de sete cursos de graduação com a participação de avaliadores externos à instituição. Essa etapa permitiu concluir e testar globalmente a metodologia para a avaliação do ensino de graduação. A metodologia de avaliação institucional da UnB tornou-se uma referência na avaliação institucional de universidades e subsidiou a elaboração de propostas de avaliação em várias universidades brasileiras.

A partir de 1994, observou-se, tanto por parte da administração superior da UnB, quanto do MEC, um afastamento desse tipo de proposta de avaliação e a metodologia deixou de ser utilizada pela UnB. Em 1995, na contramão do processo de construção de metodologias pelas próprias instituições, o MEC iniciou outro processo de institucionalização de práticas avaliativas diferentes das bases do PAIUB . O Governo, por meio da Medida Provisória 1.018 de 8/06/1995, implantou o Exame Nacional de Cursos (ENC), com o objetivo de avaliar o ensino ministrado, aplicando as primeiras provas no final do ano de 1996. No mesmo ano, editou o Decreto n. 2.026, que trata dos procedimentos de avaliação dos cursos de graduação e das instituições de ensino superior, “normatizando” todo o sistema com projetos voltados à “regulação” do sistema.

Em 1994, a UnB submeteu ao PAIUB um projeto de avaliação institucional com uma abordagem embasada no modelo Contexto-Insumo-Processos-Produtos (CIPP). O modelo seguia basicamente dois grandes enfoques de avaliação, apresentados na literatura especializada. O primeiro tomava por base o processo de tomada de decisões e, o segundo, fundamentava-se nas clássicas abordagens de sistemas. Essa proposta compreendia a realização de avaliação externa, autoavaliação e a pesquisa de egressos. Foi implantada apenas a Avaliação Externa de Cursos e a pesquisa dos egressos formados, abrangendo 28 cursos de graduação (UnB, 2005).

Após alguns anos sem iniciativas globais de avaliação, a UnB constituiu, em 2002, por meio da Resolução da Reitoria n. 024/2002, a Comissão Interna de Avaliação Institucional, com o objetivo de apresentar um projeto de avaliação institucional. O projeto foi elaborado enfocando três eixos básicos:

- 1) avaliação geral com o objetivo de traçar visão abrangente da Instituição;
- 2) avaliação específica do ensino de graduação;
- 3) pesquisa de egressos.

Em abril de 2004, entrou em vigor a Lei nº 10.861, que instituiu o SINAES com a finalidade de “assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico dos estudantes” (Art. 1º).

Para atingir os diversos segmentos da educação superior, o SINAES apresenta três dimensões integradas: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. A avaliação institucional inclui a avaliação externa e a interna, centrada na auto-avaliação. O SINAES propõe que o resultado das avaliações, de caráter contínuo, deve servir como ferramenta para o planejamento e a elaboração de políticas públicas relacionadas com a educação superior, sendo pautado no respeito à diversidade do sistema educacional brasileiro, no histórico das instituições e no caráter globalizado e contínuo do processo avaliativo.

Em 2005, a UnB retoma um processo de avaliação institucional, cumprindo assim as obrigações legais de avaliação agora determinadas pelo SINAES. O modelo de avaliação institucional era composto por seis módulos ou modelos específicos (Ensino de Graduação, Ensino de Pós-Graduação, Pesquisa Científica, Extensão Universitária, Gestão Universitária) e as fontes de dados consistiam de variáveis e indicadores que “já vem sendo coletadas e analisadas pela UnB e constam de relatórios institucionais e anuários estatísticos amplamente divulgados à comunidade interna e externa” (UnB, 2005). A partir de 2006, a UnB passou a elaborar seus relatórios anuais de avaliação institucional dentro dos padrões exigidos pelo SINAES, com base em informações existentes na instituição.

A principal ferramenta de avaliação da graduação utilizada pela UnB é a avaliação discente. Desde 2003, a Universidade vinha realizando a avaliação de disciplinas de graduação por meio de formulário padronizado. Até o 1º semestre de 2011, a avaliação de disciplinas e desempenho docente era aplicada pelo Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da UnB (CESPE/UnB), que coletava e sistematizava os dados que posteriormente eram disponibilizados às unidades acadêmicas de origem dos docentes avaliados.

No ano de 2012, os estudantes de graduação da Universidade de Brasília tiveram a oportunidade de avaliar as disciplinas, os professores, o apoio institucional e o próprio desempenho em um formulário online. Esse tipo de avaliação já existia e, anteriormente, era realizada em questionários impressos e atingia um índice de resposta de apenas 25% a 30%. Além de poder ser preenchido via web, o novo formulário traz menos itens e usa uma escala simplificada para o julgamento das assertivas. Com essa medida, a avaliação tornou-se mais responsável, já que não seria aplicada em salas de aula e, portanto, não haveria pressão para que o aluno respondesse. No geral, os estudantes avaliam positivamente os professores, com notas situadas entre 4 e 5, em uma escala máxima de 5 pontos. Também, os estudantes consideram a maioria as disciplinas ofertadas como de ótima qualidade.

A importância do tema avaliação em uma instituição como a UnB extrapola a simples aquisição e sistematização de informações que, se não imbuídas de um significado real e humano, tendem a se tornar inócuas e obsoletas. Essa comunidade, representada por seus diversos atores, anseia muito mais. Deseja, antes de tudo, representar a diversidade de pensamentos que a compõem, vocação assumida desde quando concebida no mundo genial das ideias de seus preceptores. Para o aprimoramento de seus diversos aspectos, torna-se imprescindível o conhecimento de suas potencialidades e limites, assim como o empenho na superação desses limites e a inserção em um contexto de responsabilidade social. Antes de tudo, avaliar deve representar um caminho para indagação, transformação e correção de rumos.

Articulando efetivamente ensino, pesquisa e extensão, esta Universidade quer, antes de tudo, conhecer seus integrantes, discutir temas como a acessibilidade, perfil dos ingressantes e políticas de valorização do egresso, assim como os diferentes aspectos de sua qualificação técnica e profissional, jamais dissociada de sua capacidade de intervenção .

Consciente da importância do processo de autoavaliação institucional, a Universidade de Brasília, instituiu a Comissão Própria de Avaliação (CPA) com atribuição de coordenar os *processos internos de avaliação da Instituição, e de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP)*”, em cumprimento ao

disposto no art. 11 da Lei de criação do SINAES (Lei 10.861, de 14 de abril de 2004).

No processo de auto-avaliação desta Universidade, pretende-se, além de estabelecer programas de formação continuada, valorizar aspectos de interdisciplinaridade e transversalidade na integração das estruturas curriculares. Ainda, em consonância com os princípios da avaliação propostos no SINAES, pretende-se buscar a integração da avaliação interna com a externa, reconhecendo como imprescindível a oitiva da comunidade e da sociedade a que serve essa Instituição nesse processo de avaliação.

À cultura própria da avaliação incorpora-se, cada vez mais, o reconhecimento de que há diferentes discursos e práticas pedagógicas, sem perder de vista a indissociabilidade natural entre teoria e prática e a interdisciplinaridade que deve permear a aquisição e aplicação dos conhecimentos. Tais aspectos se refletem nas estruturas curriculares dos cursos, possibilitando o engajamento dos alunos na busca de soluções para as questões sociais. A construção da cidadania dos sujeitos envolvidos no contexto universitário é encarada como um trunfo e abriga, além de conhecimentos técnicos, valores voltados para o tratamento ético, o respeito ao meio ambiente. Assim, espera-se que cidadãos formados nos cursos oferecidos pela UnB mostrem-se conscientes das implicações sociais de suas ações, atuando de modo diferenciado para o desenvolvimento científico, tecnológico e humano e, assim, contribuam para a construção de uma sociedade cada vez mais justa.

Na busca de uma avaliação articulada em suas dimensões interna e externa pretende-se, a partir das informações obtidas, organizar dados e promover a análise crítica e a discussão desses dados, o que deve ocorrer nas mais diversas instâncias do meio acadêmico e externas a ele. As dimensões a serem avaliadas são concebidas na concepção e na regulamentação do SINAES e na reflexão interna da Universidade sobre seus processos avaliativos. Os princípios, diretrizes e algumas das características fundantes da Avaliação na Universidade de Brasília são apresentados a seguir:

- respeito à identidade, à missão e à história de pessoas e da Instituição;
- auto conhecimento, propiciando o reconhecimento e a superação de limitações;

- avaliação formativa e não punitiva, valorizando não somente o resultado, mas também o processo;
- coexistência de processos de avaliação internos e externos complementares;
- adoção de metas e indicadores quantitativos e qualitativos no processo avaliativo;
- autonomia no processo avaliativo, reconhecendo as necessidades informacionais e de acompanhamento previstas em legislação e normas e também aquelas específicas da Universidade;
- responsabilidade social com a qualidade da educação superior fundamentada em valores éticos;
- comprometimento com o exercício da cidadania para a construção de uma sociedade justa, solidária e ambientalmente sustentável;
- reconhecimento e valorização da complexidade institucional e da diversidade e multiplicidade de seus atores;
- transparência e publicização do processo avaliativo, de seus resultados e das ações deles decorrentes;
- processo avaliativo reflexivo, constantemente aperfeiçoado, dinâmico, periódico e contínuo;
- comprometimento com as necessidades sociais e o desenvolvimento pleno do ser humano;
- indissociabilidade dos aspectos teóricos e práticos, quantitativos e qualitativos;
- avaliação participativa e multidimensional dos diversos cenários da vida acadêmica, considerando as responsabilidades diferenciadas de seus atores;
- avaliação integrada de ensino, pesquisa, extensão e gestão universitária, possibilitando a identificação de processos sinérgicos;
- reconhecimento da complexidade do ensino superior e da diversidade de práticas pedagógicas.

A operacionalização dos processos avaliativos requer a adoção de indicadores adequados e em sintonia com os princípios e diretrizes dos itens descritos. Podem ser identificadas características desejáveis desses indicadores: disponibilidade informacional, facilidade de acesso, facilidade de utilização, objetividade, compatibilidade intra e inter sistemas, permanência, viabilidade de obtenção de dados. Considera-se, ainda, como propriedades relevantes: validade, confiabilidade, simplicidade, sensibilidade, desagregabilidade, estabilidade, mensurabilidade e auditabilidade.

Alguns dos indicadores institucionais relevantes para a avaliação de ensino, pesquisa, extensão e gestão comprometidos com a qualidade e democratização do ensino podem ser apontados: número de vagas ofertadas, estruturas curriculares, número de estudantes, número de professores, número de servidores técnico-administrativos, evasão e acessibilidade. Ressalta-se que essa relação de indicadores não se pretende exaustiva, dada o dinamismo do processo avaliativo e a necessidade de seu constante aperfeiçoamento.

A visão ampla de avaliação deve considerar os diferentes espaços, tempos e atores, incluindo outros indicadores e categorias que contribuem para as aprendizagens. A avaliação tem caráter formativo-investigativo e se fundamenta em princípios éticos, democráticos, autônomos e coletivos (DIAS SOBRINHO, 2006).

8. Gestão democrática e participativa

A gestão administrativa da Universidade de Brasília tem como base os princípios que regem seu Estatuto, estruturando-se em um conjunto de órgãos deliberativos e executivos, Unidades Acadêmicas, Centros e Núcleos de Estudos e Pesquisa.

8.1 Organização e estrutura administrativa

A estrutura administrativa da Universidade de Brasília é subdividida em órgãos deliberativos e executivos. Ambos obedecem aos mesmos princípios em seu funcionamento, em todas as instâncias nas quais estão subdivididos e nas atividades que desempenham. Os órgãos deliberativos são os colegiados. Os órgãos executivos são as chefias departamentais, as direções de unidades

acadêmicas, os prefeitos dos *campi*, os cargos de decanos, de reitor e de vice-reitor. Os princípios que norteiam as ações e atividades dos órgãos deliberativos e executivos, em sua estrutura e seu funcionamento e em sua organização e gestão, são: descentralização; transparência; legitimidade; legalidade; impessoalidade; publicização e probidade.

- Descentralização: A estrutura administrativa, política, pedagógica e orçamentária da Universidade de Brasília é descentralizada em todas as instâncias, órgãos, ações e atividades.
- Transparência: A transparência dos atos administrativos é pré-condição de uma organização e de uma gestão democrática. A transparência é estabelecida por critérios impessoais e previamente definidos de forma coletiva. Transparência é o livre acesso da comunidade universitária e da sociedade à informação e aos procedimentos políticos, pedagógicos, administrativos e orçamentários internos da Universidade. Deve haver amplo conhecimento e ampla divulgação dos critérios de decisão políticos, pedagógicos, administrativos e orçamentários. A transparência no gerenciar da instituição deve acontecer antes e durante os procedimentos.
- Legitimidade: A fonte da legitimidade das ações administrativas e orçamentárias internas da Universidade calca-se nas decisões colegiadas e no mecanismo da representação dos três segmentos da comunidade universitária: docentes, discentes e técnicos e, quando couber, a representação da sociedade.
- Legalidade: A estrutura, o funcionamento, as ações e as atividades dos órgãos deliberativos e executivos devem observar: os dispositivos constitucionais da República Federativa do Brasil; os dispositivos legais nacionais e internacionais gerais e específicos à área de atuação; os dispositivos estatutários, regimentais e normativos da Universidade de Brasília.
- Impessoalidade: Os órgãos deliberativos e executivos, em sua estrutura e funcionamento, bem como em todas as instâncias,

ações e atividades, devem atender à missão, aos fins e aos objetivos da Universidade.

- **Publicização:** Os órgãos deliberativos e executivos devem dar publicidade aos seus atos e atividades por todos os meios disponíveis. Os atos e atividades dos órgãos deliberativos e executivos devem ser tornados públicos para a comunidade universitária, para o Estado e para a sociedade. A publicização das ações deliberativas e executivas implica a prestação de contas do proceder administrativo. As instâncias colegiadas devem tornar pública a prestação de contas à comunidade universitária e à sociedade por todos os meios disponíveis.
- **Probidade:** A probidade administrativa advém da observância aos seis princípios anteriores. Os órgãos deliberativos e executivos devem ser probos em sua estrutura, funcionamento, organização, gestão, ações e atividades, de qualquer natureza, desenvolvidos. As ações administrativas que não observarem os princípios da descentralização, transparência, legitimidade, legalidade, impessoalidade e publicização são nulas e devem ser tornadas inválidas pelas instâncias colegiadas e executivas. A improbidade administrativa, quando comprovada, implica a perda do mandato eletivo representativo e executivo e também dos cargos representativos e executivos de indicação e/ou de aclamação e/ou de nomeação.

Além dos princípios norteadores de gestão democrática e participativa, os direitos humanos devem ser incorporados na cultura institucional e na sua organização, bem como o modo de mediação dos conflitos, na forma de lidar e reparar processos de violações por meio de ouvidorias, e comissões, conselhos, comitês e fóruns de direitos humanos e políticas públicas. É importante fortalecer o compromisso com a consolidação de uma gestão democrática e de cultura de direitos. A Universidade contribui "para o bem-estar de todos e afirmação de suas condições de sujeitos de direitos" (CNE, 2011, p.26). Assim, todos os esforços e relações que têm lugar na Universidade devem se orientar pelos princípios da Educação em Direitos Humanos e se desenvolvem por meio de processos e procedimentos

democráticos, participativos e transparentes. Além disso, requer a tomada de decisão de toda a comunidade acadêmica bem como o fortalecimento da autonomia universitária na proposição de seus documentos e procedimentos éticos e estratégias de gestão.

8.2 Modelo de gestão

O modelo de gestão da Universidade de Brasília, em todas as instâncias, órgãos e unidades é a gestão democrática. A gestão democrática é colegiada e descentralizada. Os colegiados, órgãos deliberativos da gestão democrática, apresentam a seguinte composição: membros natos; membros representantes; membros consultivos; membros assistentes.

Um modelo de gestão constitui um fluxo de processos que define como as decisões são tomadas e executadas. Um fluxo de processos democráticos deve desenvolver estratégias básicas para o alcance da excelência, quais sejam:

- fortalecimento da estrutura da Universidade, como uma ação fortemente institucionalizada, relacionada ao poder de decisão governamental;
- formação de uma equipe de excelência, com competência, conhecimento e vivência da realidade atual, em que o capital humano é o principal fator de diferenciação na geração do conhecimento e no desenvolvimento de processos inovativos;
- estabelecimento de um processo de planejamento estratégico que privilegie ações globais, coletivas e inovadoras;
- implantação de um sistema de informação relacionado aos níveis hierárquicos da Universidade, correspondendo a cada nível um tipo de subsistema: sistema estratégico, sistemas táticos, sistema de apoio à tomada de decisão, sistemas especialistas e sistemas operacionais, a partir de três vetores: conteúdo, conectividade e comunicação;
- estabelecimento de uma política de investimentos, com recursos orçamentários e não orçamentários que garanta o alcance dos objetivos traçados.

Cabe destacar, finalmente, que a gestão da Universidade está associada à autonomia e à colegialidade como alicerces da cultura institucional. A autonomia e a colegialidade constituem-se em elementos essenciais de identidade universitária.

9. Considerações Finais

A Universidade tem um importante papel na educação e na formação ético-político de profissionais para atuarem na sociedade. Não se trata apenas de uma educação capaz de criticar as ideologias conservadoras. É muito mais do que isso. É uma educação superior calcada nos princípios da autonomia universitária e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, expressos no art.207 da Constituição Brasileira, elementos constitutivos de um parâmetro de qualidade em um Projeto Político-Pedagógico Institucional, voltado para os interesses da UnB e da maioria da população.

A autonomia está intrinsecamente associada à questão da Universidade. A efetivação da autonomia universitária implica maior participação dos segmentos que integram a comunidade acadêmica, assim como de outros segmentos da sociedade por meio de conselhos consultivos, com a participação da comunidade e de diferentes instituições da sociedade civil organizada. Nesse contexto, há necessidade de coletivizar e aprimorar processos de tomada de decisão e da avaliação.

Uma visão ampla de avaliação indica a institucionalização de novos parâmetros para os processos avaliativos, envolvendo sua conexão à educação básica e superior, a graduação e a pós-graduação, bem como com os sistemas de ensino, como preconiza a CONAE (Brasil, 2010).

O projeto defende um modelo de sociedade e uma proposta de Universidade que seja instrumento de inclusão social como um todo, a serviço do desenvolvimento, da igualdade e da justiça social. O desafio que está colocado para todos nós é, justamente, lutar pela concretização de um novo Projeto Político-Pedagógico Institucional da Universidade de Brasília, resultado

de um trabalho coletivo da comunidade acadêmica, que sinaliza novos horizontes para a Instituição e fortalece seus princípios instituidores.

Bibliografia consultada

BRASIL. Lei nº 3998, de 15 de dezembro de 1961. Autoriza o poder executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 dez. 1961.

BRASIL. LEI nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. LEI nº 10.861, de 14 de abril 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 15 abr. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Executiva, Secretaria Executiva Ajunta. **CONAE – 2010 Construindo o sistema nacional de educação: o**

plano nacional de educação, diretrizes e estratégias de ação (Documento Final). Brasília: DF, MEC.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Texto orientador para elaboração das Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos**. Texto para ser discutido nas audiências públicas de Educação em Direitos Humanos. Brasília: DF, CNE, 2011.

CRUZ, F. M. **Desarrollo profesional docente**. Granada: Grupo Editorial Universitario, 1996.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação da Educação Superior: elementos para análise e proposta. In: MALAUAZI, M.M.S; BERTAGNA, R.H; FREITAS, L.C. de (Orgs.). **Avaliação, desafio de novos tempos**. Campinas: Komedi, 2006. v.1.

FORGRAD - XIV Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação, 2001. **Textos das oficinas do Forgrad**. Curitiba, 2001.

IBAÑEZ. Escola cidadã e de qualidade. **Revista Humanidades**, Brasília: n. 43, 1997.

MADEIRA, A. **Revista Humanidades**, n 56, dez. 2009.

RAMALHO, B. L. e NUNES, I. B. A docência universitária face à democratização do acesso e da inclusão social: desafios para a formação, o ensino e a aprendizagem no âmbito da universidade pública. In: DIAS, A. M. I., RAMALHO, B. L. , VEIGA, I. P. A., FERNANDES, Z. B. (Orgs). **Desenvolvimento Profissional Docente na Educação Superior: entre escolas e sentidos**. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

REZENDE, S. 58ª Reunião Anual da SBPC - Política de C&T, 2006, **Cadernos SBPC n. 20**.

SANTOMÉ, J.S. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SANTOS, B.S. **A universidade no Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005. Parte II. p. 54-113.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Pensando em subsídios filosóficos para formação do educador. **Revista Humanidades**, Brasília: n. 43, 1997.

PINTO, A. G. de T. (Org.). **Os cursos noturnos de licenciatura: um projeto acadêmico orgânico para a universidade de Brasília**. Brasília: nov. 1993.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Projeto Político Pedagógico da Universidade Federal Fluminense**. 2002.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Memorando/circular/DEG nº 003/88**. Contém, além das considerações de encaminhamento do reitor Prof. Cristovam Buarque e da decana Profa. Paulina Targino, proposta para reestruturação do

ensino de graduação na Universidade de Brasília, feita pelo então CADE-DEG, e a Resolução do CONSUNI 027/87.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **A UnB Rumo aos 50 Anos:** autonomia, qualidade e compromisso social. Plano de Reestruturação e Expansão da Universidade de Brasília, 2008-2012. 2008. p. 117. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. REUNI - Programa de Apoio à Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

Apêndices

Comissão Geral de Elaboração do Projeto Político-Pedagógico Institucional da Universidade de Brasília

Prof.^a Márcia Abrahão Moura (DEG), presidente
 Prof.^a Denise Imbroisi (DEG), vice-presidente
 Prof.^a Cristina Massot Madeira Coelho (DEG)
 Prof.^a Nina Paula Ferreira Laranjeira (DEG/FUP)
 Prof.^a Ilma Passos Alencastro Veiga (FE)
 Prof.^a Silene Paulino Lozzi (IB)
 Prof.^a Mariana de Senzi Zancul (IB)
 Prof.^a Maria de Fátima M. A. Santos (IB)
 Prof.^a Anamélia Lorenzetti Bocca (IB)
 Prof.^a Graziela Dias Teixeira (IPOL)
 Prof.^a Paola Novaes Ramos (IPOL)
 Prof.^a Rozana Reigota Naves (IL)
 Prof. Henrique Huelva Unternbaumen (IL)
 Prof.^a Nilce Santos de Melo (FS)
 Prof. Antônio José Costa Cardoso (FS)
 Prof.^a Celeste Aida Nogueira Silveira (FM)
 Prof.^a Márcia Cristina Freire de Souza Amaral (FS)
 Prof. Dioclécio Campos Júnior (FM)

Prof.^a Sayonara de A. Goncalves Leal (ICS)
 Prof.^a Simone Perecmanis (FAV)
 Prof.^a Ana Maria Resende Junqueira (FAV)
 Prof. Marco Antônio Amato (IF)
 Prof. Antônio Carlos Pedroza (IF)
 Prof.^a Délcia Maria de Mattos Vidal (FAC)
 Prof.^a Maria Zélia Borba Rocha (FE)
 Prof.^a Amaralina Miranda de Souza (FE)
 Prof.^a Shirleide Pereira da Silva Cruz (FE)
 Antônio César de Oliveira Guedes (SINTFUB)
 Messias Adjabas Muniz Barbosa (SINTFUB)
 Prof.^a Dianne Magalhães Viana (FT)
 Prof.^a Andrea Cristina dos Santos (FT)
 Prof.^a Simone Borges Simão (FT)
 Prof.^a Cristina Célia Silveira Brandão (FT)
 Prof. Wildson Luiz Pereira dos Santos (IQ)
 Prof.^a Elaine Rose Maia (IQ)
 Prof.^a Georgete Medleg Rodrigues (DPP)

Prof. ^a Jussara Rocha Ferreira (FM)	Prof. Alexandre Luiz G. de Rezende (FEF)
Prof. ^a Fernanda Cristiana P. Garcia (FS)	Prof. Edson Marcelo Húngaro (FEF)
Prof. ^a Enéa de Stutz e Almeida (FD)	Prof. Tiago Barros Ponte e Silva (IdA)
Prof. ^a Gabriela Neves Delgado (FD)	Prof. ^a Rosana Andrea Costa de Castro (IdA)
Elisabeth de Araújo Ferreira (DPO)	Prof. ^a Maria Isabel Montandon (IdA)
Júlio César Goulart Garay (SAA)	Thiago Marinho e Silva (DCE)
Prof. ^a Clélia Maria de S. F. Parreira (FCE)	Prof. ^a Sely Maria de Souza Costa (FCI)
Prof. ^a Vera Regina Fernandes (FCE)	Prof. ^a Darcilene Sena Rezende (FCI)
Prof. ^a Maria de Fátima Souza e Silva (FGA)	Prof. ^a Maria Alice Guimarães Borges (FCI)
Prof. Sérgio Antônio A. de Freitas (FGA)	Prof. ^a Cristina Patriota de Moura (DAN)
Prof. ^a Leocádia Aparecida Chaves (DEX)	Prof. ^a Carla Costa Teixeira (ICS)
Prof. ^a Flávia Mazitelli de Oliveira (DEX)	Prof. Gustavo Sérgio Lins Ribeiro (ICS)
Prof. Luis Antônio Pasquetti (DEX)	Prof. ^a Claisy Maria Marinho Araújo (IP)
Prof. Rudi Henri Van Els (FGA)	Prof. ^a Maria Ângela Guimarães Feitosa (IP)
Prof. ^a Cláudia Malon (DEX)	Prof. ^a Laércia Abreu Vasconcelos (IP)
Prof. ^a Eliane Santos Cunha (DEX)	Prof. ^a Eliane Mendes Guimarães (FUP)
Prof. ^a Adalene Moreira Silva (IG)	Prof. ^a Regina Coelly Fernandes Saraiva (FUP)
Prof. ^a Catarina Labouré Bemfica Toledo (IG)	Prof. Jair Reck (FUP)
Prof. ^a Christiane Girard Ferreira Nunes (ICS)	Prof. ^a Ana Teresa Athayde Colnago (DGP)
Prof. Edson Silva de Farias (ICS)	Prof. ^a Cláudia da Conceição Garcia (FAU)
Prof. Eurico Antônio G. C. dos Santos (ICS)	Prof. ^a Rachel Nunes da Cunha (DAC/IP)
Prof. ^a Nair Heloísa Bicalho de Sousa (IH)	
Layla Jorge Teixeira César (DCE)	

Grupo de Sistematização

- Prof^a Ilma P. Alencastro Veiga (UnB), presidente
- Prof^a Cristina M. Madeira Coelho (FE-DEG), vice-presidente
- Prof. Antônio José Costa Cardoso (FS)
- Prof^a Délcia Maria de Matos Vidal (FAC)
- Prof. Eurico Antonio G. Cursino (ICS)
- Prof^a Maria Zélia Borba Rocha (FE)
- Prof^a Nilce Santos de Melo (FS)
- Prof^a Silene de Paulino Lozzi (IB)
- Prof^a Simone Peregmaniss (FAV)

Grupo de elaboração da versão Consuni

Prof^a Maria Cristina de Carvalho Cascelli de Azevedo

Prof^a Cynthia Bisinoto

Prof. Iran Junqueira

Prof. Marcelo Rezende

Prof^a Maria de Fátima Ramos Brandão

Prof. Mauro Luiz Rabelo

Prof^a Nara Pimentel

Prof^a Nilce Santos de Melo

Prof. Ricardo Gauche

Apoio Técnico

Tiago Dantas Silva – Formatação e Capa